

## Sistema Produtivo Industrial e Território um estudo da Têxtil em Guimarães\*

*Teresa Sá Marques*

### 1. GUIMARÃES: CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO

O modelo territorial difuso e a capacidade de fixação do emprego regional no "Médio Ave"<sup>1</sup> estão naturalmente ligados e articulam-se com uma estrutura sócio-produtiva favorável. A resistência e as actividades — agricultura, indústria, comércio e serviços — misturam-se no espaço e conjugam-se qualitativa e quantitativamente de uma forma diversificada, originando uma configuração espacial específica.

Este artigo pretende ser, por um lado, um contributo para uma análise mais integrada do "complexo territorial" do "Médio Ave", e por outro, canaliza esforços para uma análise sectorial da indústria Têxtil/Vestuário, sector preponderante, pela quantidade de activos que envolve, pela dinâmica que atravessa e pela importância que tem na estruturação e na (re)produção (desde há pelo menos um século) do modelo territorial disperso do povoamento e das actividades. Nesta perspectiva, o objectivo central deste ensaio é analisar o sistema produtivo local Têxtil/Vestuário, isto é, a organização da produção e a gestão da força de trabalho, as formas empresariais, o sistema de emprego local, tendo presente os processos de evolução e a sua especificidade local/regional, sem que a óptica regional subestime a inserção deste sector exportador na divisão internacional da produção.

---

\* Adaptado do texto da dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1987, sob orientação do Professor Doutor Jorge Gaspar e do Doutor Arquitecto Nuno Portas. O trabalho original encontra-se no prelo e publicar-se-á no âmbito do Projecto "Os Espaços do Noroeste Português — Estudos de base para o Ordenamento do Território", Instituto de Geografia, Faculdade de Letras - Universidade do Porto, subsidiado pelo JNICT.

<sup>1</sup> Sobre esta área ver designadamente: Cardoso, 1985; Domingues, 1986; Domingues e Marques, 1986; Domingues e Marques, 1987; Magalhães, 1984; Oliveira, 1986; Portas, 1986; Portas e Sá, 1986; Sá, 1986.

Numa área de grande complexidade em que as formações sócio-territoriais locais podem apresentar fortes contrastes e aonde as generalizações têm de ser comedidas, iremos privilegiar no nosso estudo o concelho de Guimarães, um dos que integram o que se denominou, por comodidade, "Médio-Ave".

2. A INDÚSTRIA TÊXTIL/VESTUÁRIO:  
DA TRADIÇÃO DO TÊXTIL À DINÂMICA DA CONFECÇÃO

A produção de um território onde a dispersão é a nota dominante não se poderá entender senão na sequência de um modelo, historicamente construído e que é explicável pelas vicissitudes de uma indústria que surgiu na continuidade de um artesanato disseminado pelas explorações agrícolas. A dinâmica recente da industrialização difusa e da pluriactividade tem profundas raízes na forma como a produção industrial se foi organizando. A indústria Têxtil/Vestuário está fortemente representada no Vale do Ave, com raízes históricas que remontam a um artesanato ligado ao linho e à implantação do Têxtil do algodão a partir de meados do século XIX.

Em referência à produção industrial em Portugal Jacome Raton, nos meados do séc. XVIII, diz-nos: «As manufacturas do Reino se limitavam a panos de linho, linhas de Guimarães, chapéus de lã de Braga e da Terra da Feira, ferragens grossas de Braga e, de Guimarães, panos grossos de lã, e saragoças; e quanto a sedas, havia mui poucas fornecidas pela fábrica moderna de Lisboa, além de taffetás, e gorgoroens, próprios para mantas de que até então usavam as mulheres, fabricados em Bragança. Todos os mais géneros manufacturados, para consumo do Reino, e Colónias, vinham de fora» (Castro, 1980: 214). Ainda que a indústria em Portugal registasse uma produção reduzidíssima, é de ressaltar a referência a Guimarães, centro manufactureiro de relativa importância.

A fiação e tecelagem do linho é uma das indústrias mais antigas do concelho, sendo famosos os seus panos já no princípio da monarquia. No séc. XVI, Guimarães era um grande centro regional de produção de linho aonde acorriam mercadores estrangeiros (sobretudo espanhóis) e daí saíam portugueses em direcção a Espanha, Flandres e Ilhas Britânicas. As boas condições de cultivo da matéria prima, a forte densidade de população, as razoáveis vias de circulação e a existência de mercados regionais no Norte e Centro do País não permitiram a decadência desta indústria, sujeita contudo à concorrência das importações de linho de melhor qualidade (Garcia, 1986: 332)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O linho importado, da melhor qualidade, destinava-se a determinadas classes sociais dos centros urbanos do litoral.

Mas é sobretudo a partir de meados do século passado que o desenvolvimento industrial se sente mais intensamente em Guimarães. Em 1884 realizou-se a Exposição Industrial de Guimarães, com o objectivo de festejar a abertura do Caminho de Ferro e incrementar o desenvolvimento industrial desta área. É notória a esperança posta por certos vimaranenses na linha férrea, nas expectativas criadas pela abertura às indústrias locais do mercado nacional e estrangeiro: «Le manque de voies rapides et économiques de communications... est aujourd'hui réparé par la construction du chemin de fer du Bougado, dont nous annonçons dernièrement l'ouverture à l'exploitation et qui relie Guimarães à la grande ligne du Minho et conséquemment à tout le réseau national» (Sampaio, 1884: 254-255). Do relatório da Exposição e da imprensa contemporânea transparece a importância do acontecimento, como ponto de partida para "uma nova era", a do "progresso". Assim, Guimarães que tinha sido o "berço" da nacionalidade era encarado como o centro das atenções dos industriais, o centro do futuro: «Se o concelho de Guimarães foi o "berço" da monarquia, também o tem sido de muitas e variadas indústrias... Todos conhecem a celebridade de Guimarães, na fabricação de tecidos de linho, em cortumes e cutelaria...» (Sampaio, 1884: 254-55). Mas é, sobretudo, como podemos verificar no *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães*, o fabrico de tecidos de linho, de algodão e dos cotins e riscados de algodão e linho, as actividades que mais se evidenciam pela população empregada (73% da população da indústria) e pelo valor da produção no total da actividade industrial.

Entre 1884 e 1923, período que separa duas exposições industriais neste concelho, vai-se registar um desenvolvimento muito significativo da indústria têxtil algodoeira. Enquanto desapareciam as assedeiras e a tecelagem do linho, a indústria de tecidos de algodão e linho, a tinturaria, a fição e a tecelagem de malha de algodão progrediam. É ainda de assinalar o aparecimento de três unidades de produção de energia eléctrica<sup>3</sup> e do fabrico de utensílios de teares (lançadeiras, canelas, jacquards...) que irão naturalmente contribuir para o aumento da produtividade desta indústria. Assim, a cultura do linho diminuiu em extensão neste concelho ao mesmo tempo que os tecidos de algodão mais baratos e leves invadiam os mercados; isto levou a que o agricultor optasse pelo cultivo de cereais, mais lucrativo e menos trabalhoso (Martins, 1927: 175-177). É de referir, no entanto, que, pelo menos até ao início do século XX, a cultura e preparação do linho, ainda que reduzida, não deixou de ser um auxílio financeiro para as famílias pobres, para o equilíbrio da economia doméstica do lavrador

---




<sup>3</sup> Em Ronfê, Pevidém e Lindoso.

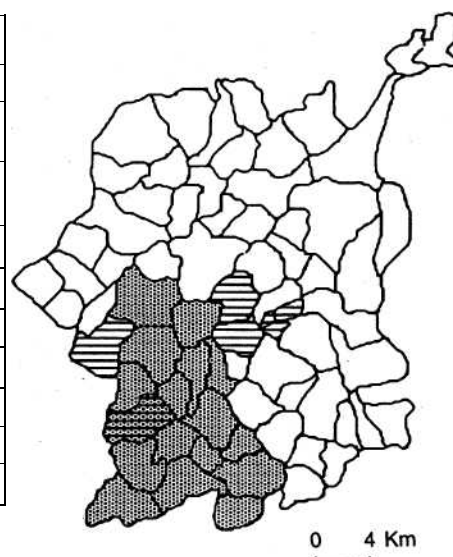
(Sampaio, 1884; Martins, 1927; Geraldês, 1913). A fiação e tecelagem do linho eram actividades comuns em todas as casas onde as mulheres, nos longos serões de Inverno, se ocupavam<sup>4</sup>.

Assim, ao desenvolvimento da indústria algodoeira, desde meados do século XIX, corresponde o declínio ou estagnação da de linho e tecidos de linho. Podemos constatar, no Concelho de Guimarães, a persistência do padrão de localização quando da passagem do linho ao algodão. O concelho, por ser densamente povoado e possuir mão de obra especializada, primeiro no linho e depois no algodão, vai oferecer óptimas condições a esta indústria intensiva em mão de obra. Os teares do linho foram reconvertidos para o algodão e o mesmo aconteceu à mão de obra, contribuindo esta reconversão para que a distribuição desta actividade se mantivesse muito dispersa, embora com predominância nas freguesias localizadas no sector sudoeste do concelho (mapa 2.1). A tradição do linho cria assim condições favoráveis à redução dos investimentos necessários à implantação de uma nova indústria, sobretudo no que se refere à formação de mão-de-obra e ao equipamento.

MAPA 2.1 —Freguesias, do concelho de Guimarães, nas quais algumas actividades Têxteis predominam em 1884, designadamente os tecidos de linho e de algodão para exportação.

Actividade	Localização	Operários
tecidos de linho e algodão	NO MAPA - exportação	912 oper.
	por todo o concelho consumo local	173 oper.
cotins e riscados de algodão e linho	NO MAPA	710oper.
fiação do linho	por todo o concelho	1559 oper.
linha e .....	algumas freg. rurais	100 oper.
roupa branca	na cidade	373 oper.
alfaiates	cidade e resto do cone.	150 oper.
confecções	cidade	35 oper.
chapeleira	freguesia de Balazar	16 oper.
TOTAL .....		4028 oper.

1  tecidos (exportação)  
 2  cotins...  
 1 e 2



FONTE: Relatório da Exposição Industrial, 1884

<sup>4</sup> A fiação do linho, segundo o Relatório da Exposição Industrial de Guimarães (1884), ocupava pelo menos 1559 mulheres das 2392 "operárias".

Nos finais do século passado, a indústria de Guimarães começou a ressentir-se (tal como a nacional) com os efeitos da concorrência dos grandes centros produtores da Europa e América, dando mostras da necessidade de uma mecanização e da criação de um serviço técnico completo de apoio, como por exemplo de uma escola de desenho e de química industrial. A criação da Escola Industrial da Covilhã vai criar ressentimentos nas populações de Guimarães, tão necessitadas de uma instrução técnica para apoiar o reapetrechamento desta indústria. Esta preocupação está presente na organização da Exposição de 1884: «... o conhecimento do valor industrial dos povos do concelho de Guimarães, moderados no salário, sujeitos a trabalho até ao sacrifício; a decadência que se manifesta em parte das antigas indústrias vimaranenses — inspiram a Sociedade Martins Sarmiento a promover, já a concentração do espírito público de Guimarães para o estudo do estado precário da sua indústria, já o emprego de esforços para que o governo realizasse a fundação de estabelecimentos de instrução técnica, decretados desde 1864.» (*Jornal do Commercio*, Lisboa, em Sampaio, 1884: 203). Está aqui também implícita uma crítica à actuação do governo central, ora pelo desprezo assumido em relação à indústria vimaranense e o apoio à indústria dos principais centros urbanos do país e da Covilhã, ora pela ausência de uma protecção em relação à concorrência externa.

Nos finais do século passado e inícios deste, a produção era ainda toda manual. Os teares mecânicos movidos a água ou a vapor — que provocariam um aperfeiçoamento da qualidade dos tecidos e uma concorrência com os países europeus em condições mais favoráveis — não tinham ainda sido instalados<sup>5</sup>. Os fabricantes concelhios, usufruindo só da habilidade manual e da longa tradição, ao concorrerem com países onde a produção era realizada mecanicamente, e portanto a preços mais baixos, iram reduzir os salários dos operários e aumentar-lhes as horas de trabalho, chegando a atingir 14 a 18 horas por dia (Martins, 1927: 84). Esta\* ocupação era realizada sobretudo por mulheres e iniciada em idades precoces — 14% do pessoal feminino tinha menos de 16 anos — representando uma forma de diminuir os custos de produção. Os salários da população feminina variavam entre os 20 a 30 centavos, contrastando com os 30 a 70 centavos auferidos pelos homens; mas é nos menores que são atingidas as somas mais baixas (menos de 20 centavos).

O tecido produtivo era composto, nessa altura, segundo Geraldês (1913:19-20), pela "indústria doméstica" e a "pequena indústria", de carácter manual, e pela "indústria mecânica". Isto não significa que a

---

<sup>5</sup> Só em 1886 foram introduzidos alguns teares mecânicos na indústria do concelho.

estrutura produtiva se apresente atomizada, representando antes, pelo contrário, uma forma articulada de organizar a produção: as fábricas e as pequenas indústrias manuais tingem o fio e preparam as teias, que poderão tecer e/ou, na maioria das vezes, mandar tecer a teares que trabalham "por conta fora", muitas vezes nas casas dos próprios operários. Assim, a "indústria doméstica" e as oficinas manuais respondem às necessidades de auto-consumo e/ou estão inseridas num processo mais vasto de circulação de produtos entre as fábricas (manuais e/ou mecânicas) e o trabalho ao domicílio. No concelho de Guimarães, a indústria de fiação e tecelagem do linho e do algodão poderá ser estruturada da seguinte forma: dez fábricas mecânicas e, pelo menos, nove de fabrico manual; as primeiras (dados referentes, apenas, a nove fábricas) empregam 1400 operários, 297 do sexo masculino, 807 do feminino e 265 menores, e cinco delas, no seu conjunto, recorrem a cerca de 1136 a 1336 trabalhadores ao domicílio; para as segundas, as manuais, trabalham cerca de 350 a 410 trabalhadores ao domicílio — tecelões ou dobadeiras — (cálculos baseados em Geraldes, 1913). Esta orgânica era já também visível, designadamente, no *Inquérito Industrial de 1881*, segundo o qual no Continente e nesta indústria cerca de 50% do pessoal trabalhava ao domicílio, 25% em "oficinas" e outros 25% em "indústrias fabris"<sup>6</sup>.

O tecido produtivo apresentava um padrão locativamente difuso — «é preciso percorrer todo o concelho, é preciso atravessar os vales e subir pelas vertentes das montanhas, para ver que é rara a cabana em que se não ouve o som seco e alternado do tear, ou o som constante e monótono da roda na dobagem do algodão ou enchimento de canelas» (Sampaio, 1884: 238). As pequenas instalações industriais, na maioria das vezes, estão integradas nas próprias habitações, servindo cumulativamente de oficina e de habitação da família. Assim, a pequena indústria e o trabalho ao domicílio dispersavam-se por todo o concelho, funcionando em pequenas oficinas, a maioria com dois teares.

Relativamente à "indústria mecânica", foram os cursos de água do rio Selho, Vizela e Ave, devido à disponibilidade de água indispensável nas diversas fases do processo produtivo (nas lavagens e nas operações de tinturaria) e na própria produção de energia motora, conjuntamente com o caminho de ferro e a rede rodoviária, os eixos estruturadores da dispersão assinalada.

Mas esta actividade industrial, ainda que frequente em todas as freguesias do concelho, irá localizar-se com maior incidência nas fre-

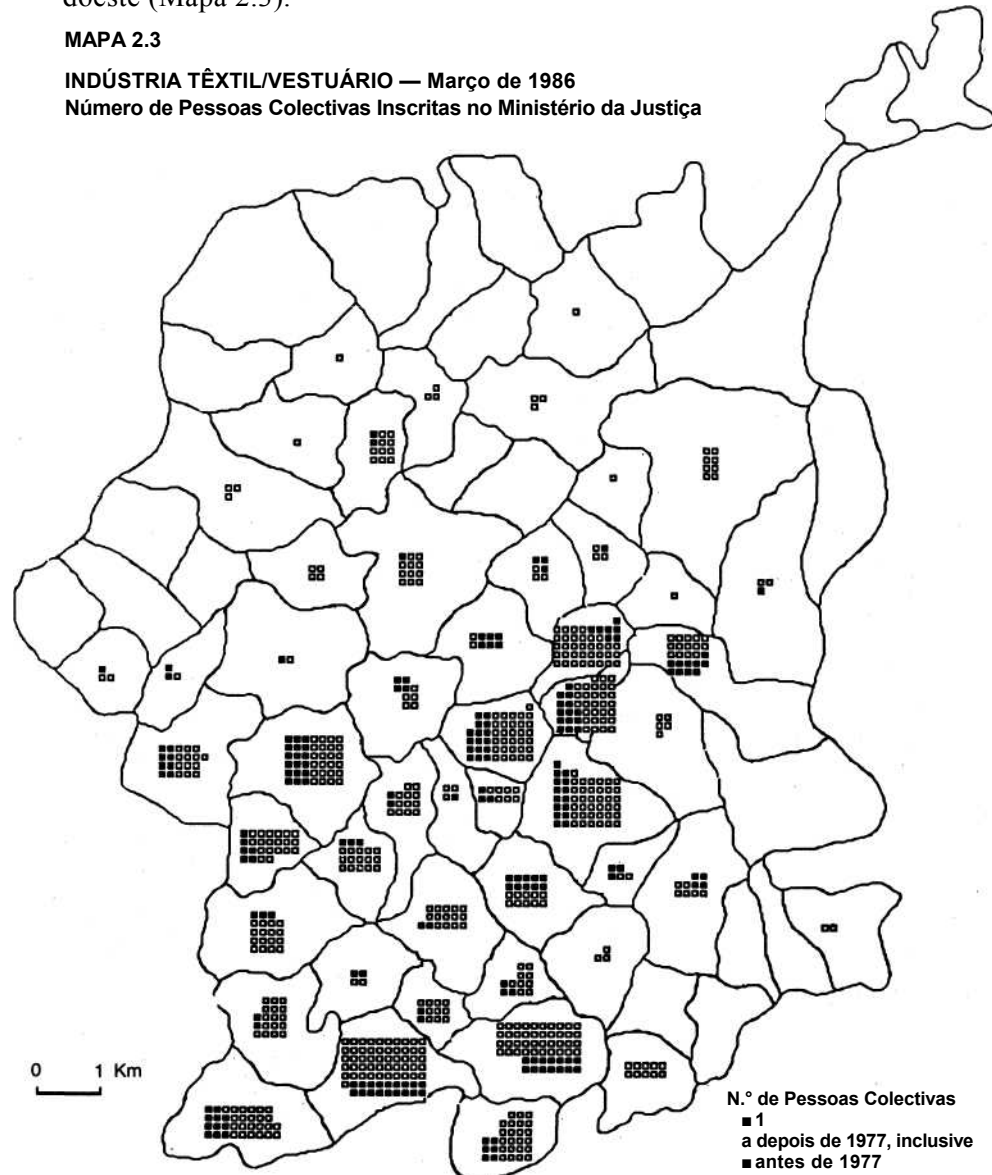
---

<sup>6</sup> Em Geraldes (1913:58), na sua análise sobre o distrito de Braga, o fabrico mecânico do linho e do algodão empregava 5800 a 6000 indivíduos e o fabrico manual do linho e do algodão empregava respectivamente 3600 e 2500 operários.

guesias da cidade e nas rurais periféricas localizadas a sudoeste (Mapa 2.1). É curioso que, já em 1884, nestas freguesias rurais a actividade principal — produção de tecidos de linho e algodão — fosse destinada sobretudo à exportação e que esta "mancha" industrial praticamente coincida com a da actualidade — um século não parece ter alterado substancialmente o padrão difuso e a sua predominância no sector sudoeste (Mapa 2.3).

**MAPA 2.3**

**INDÚSTRIA TÊXTIL/VESTUÁRIO — Março de 1986**  
**Número de Pessoas Colectivas Inscritas no Ministério da Justiça**

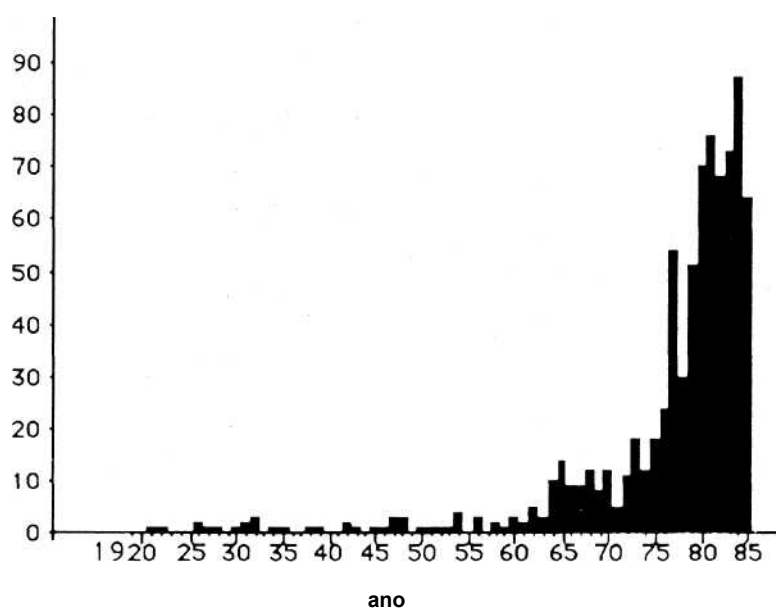


FONTE: Min. da Justiça

Na *actualidade*, o Vale do Ave é ainda o foco por excelência destas actividades — o concelho de Guimarães contribuiu, em 1981, com cerca de 17% do emprego e 14% do V.A.B. do conjunto do Continente (INE, 1981). Este concelho possui uma base produtiva muito especializada nos Têxteis/Vestuário, que representa cerca de 50% da população residente activa com profissão, 80% da população activa na indústria transformadora e 60% dos inscritos no Registo de Pessoas Colectivas do Ministério da Justiça (1985).

A dinâmica destes dois ramos industriais nos últimos doze anos não tem contribuído para a diversificação industrial deste concelho, pelo contrário, tem acentuado a sua especialização — cerca de 62% das inscrições realizadas entre 1974 e 1986 no Registo de Pessoas Colectivas, relativas à indústria transformadora, pertencem a estes dois ramos industriais. A dinâmica do tecido produtivo Têxtil/Vestuário (figura 2.1) é imparável, sobretudo depois de 1976 — todos os dias nascem e morrem empresas. A fertilidade deste tecido industrial é de tal maneira elevada que a alta mortalidade empresarial é perfeitamente compensada e ultrapassada, sobretudo na indústria de confecção.

**FIGURA 2.1 — Ano de inscrição das Pessoas Colectivas pertencentes à Indústria Têxtil/Vestuário, presentes no Registo de Pessoas Colectivas de 1986, do concelho de Guimarães.**



FONTE: Registo de Pessoas Colectivas de 1986. 62



Tal como nos finais do séc. XIX e inícios do século XX, hoje não são necessárias grandes somas de capital inicial para o arranque nesta indústria intensiva em mão-de-obra; assim, o investimento é mais fácil e acessível ao ex-operário qualificado, ao ex-encarregado, ao ex-vendedor, ao antigo empregado de escritório. No tecido heterogéneo resultante (quadro 2.1) predominam as unidades industriais de pequena dimensão, por vezes de carácter familiar: cerca de 80% dos estabelecimentos têm 50 ou menos pessoas ao serviço, e embora empreguem só 20% do pessoal destes dois ramos industriais, constituem a base da actual dinâmica de industrialização difusa.

**QUADRO 2.1 —Estabelecimentos e pessoal ao serviço na Indústria Têxtil/Vestuário, 1985/6.**

Dimensão dos Estabelecimentos	confecção		têxtil		confecção/têxtil			
	Estabel.	Pessoal	Estabel.	Pessoal	Estabel.	%	Pessoal	%
0 - 10	123	491	153	742 514	276	46.5	1233	3.5
11 - 20 21	49 58	755	33 51	2438	82	13.8	1269	3.6
-50 51 -	19 6	2097	36 31	2635	109	18.4	4535	12.8
100 101 -	2 1	1309	23 9	4658	55 37	9.2	3944	11.1
200 201 -		697		6782	25 10	6.2	5355	15.1
500 + 500		582		11081		4.2	7364	20.8
		665				1.7	11746	33.1
<b>TOTAL</b>	258	6596	336	28850	594	100	35446	100

FONTE: Ministério da Justiça e Ministério Trabalho e inquérito realizado junto dos Presidentes das Juntas de freguesia.

Da análise dos capítulos posteriores vai ressaltar a importância que a experiência profissional e a subcontratação têm na explicação da dinâmica actual.

O peso da tradição neste ramo industrial e a ausência de formação profissional fazem com que esta dinâmica industrial se traduza na multiplicação de pequenas empresas dependentes de experiências profissionais anteriores e sujeitas à forte concorrência horizontal. A integração deste tecido industrial difuso, composto sobretudo de empresas "mãe" e empresas subcontratadas, no qual as últimas dominam, mas as primeiras controlam o processo produtivo, e onde o recurso à economia oculta não se encontra ausente, processa-se principalmente através de sistemas de subcontratação. A complementariedade conseguida é o espelho de estratégias desenvolvidas por parte de empresas industriais ou agências comerciais, bem posicionadas no mercado externo, que exteriorizam sobretudo fases produtivas muito intensivas

em mão-de-obra (Ferrão, 1986:12-13). Isto parece transparecer, como refere Ferrão, a possível ausência de identificação entre dinamismo e vitalidade.

As relações entre empresas, via subcontratação ou obedecendo a outras modalidades, como referiremos mais à frente, não se esgotam localmente. A subordinação às regras da moda provenientes do estrangeiro, à tecnologia e matérias primas importadas e aos sistemas de subcontratação internacionais demonstram claramente as relações de dependência estabelecidas. Muitos segmentos da organização da produção (o estilismo, a gestão, a prospecção dos mercados, a investigação, ...) estão localizados no Porto e/ou nos países estrangeiros que controlam ou compram nas empresas locais.

A fraca diversificação industrial e a especialização em actividades sujeitas, por um lado, à concorrência dos "novos países industrializados" em segmentos produtivos intensivos em mão de obra (sobretudo confecção) e, por outro, à dos "países mais desenvolvidos" em segmentos intensivos em capital (a indústria têxtil), determinam a instabilidade desta indústria. A indústria de confecção, intensiva em trabalho, ao privilegiar uma situação concorrencial baseada nos custos diferenciais menores da força de trabalho e no fraco investimento em equipamento e na formação de técnicos especializados (sobretudo na área do estilismo, organização da produção, ...) denuncia a fragilidade da indústria desta área.

O trabalho que vamos desenvolver nos próximos capítulos vai descer a uma outra escala, vai privilegiar duas freguesias do concelho — S. Jorge de Selho e Mesão Frio — e analisar o sistema produtivo desta área a partir das empresas aí localizadas.

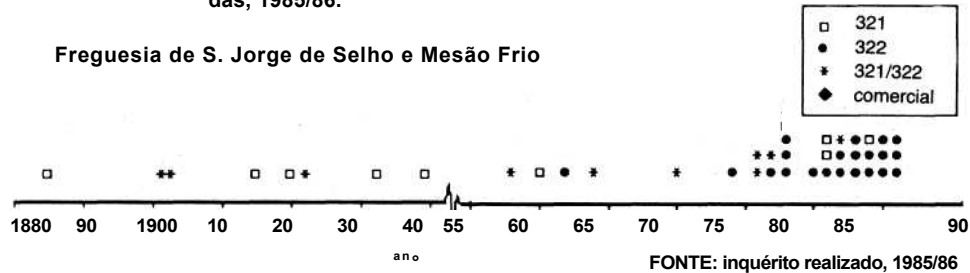
A selecção foi difícil, pois o conhecimento da diversidade espacial era muito limitada. A predominância de grandes ou pequenas empresas (fabricando produtos de têxteis-lar ou de vestuário) e a presença de dinâmicas recentes ou de centros tradicionais fazem com que a diversidade dificulte a escolha.

A selecção das freguesias de S. Jorge de Selho e de Mesão Frio para a análise da indústria Têxtil/Vestuário não pretende retratar uma situação extensível ao concelho de Guimarães e muito menos ao Médio Ave. Trata-se de um contributo para uma possível amostra que, naturalmente, terá de ser mais vasta e não poderá deixar de contemplar a indústria localizada no centro urbano de Guimarães — das caves e dos andares até aos edifícios fabris antigos — bem como no centro industrial de Vizela e freguesias limítrofes, onde a indústria de confecção está em ampla expansão.

Analisemos então as razões que nos levaram à escolha das suas freguesias.

A freguesia de S. Jorge de Selho (figura 2.2) representa uma das freguesias do centro tradicional têxtil de Pevidém, que remonta a finais do século passado. Outrora centro de tecelões manuais do linho, sobretudo em regime caseiro, registou um crescimento da indústria de tecelagem do linho e do algodão em pequenas oficinas, com uma boa dimensão para aquela época, onde era aproveitada a força motriz hidráulica — no início deste século (1908) surge pela primeira vez neste centro a indústria de fiação do algodão.

**FIGURA 2.2 — Ano de início e ramo de actividade (C.A.E.) das empresas inquiridas, 1985/86.**



Já no Relatório da Exposição Industrial de 1884 (Sampaio, 1884: 236) refere-se a importância e antiguidade da indústria do linho e destaca-se o papel que esta actividade adquire na cidade de Guimarães e em quase todas as freguesias, como S. Jorge e S. Cristóvão de Selho (Pevidém), traduzindo a tradição deste sector nesta área. Até aos anos sessenta esta área regista um desenvolvimento industrial muito activo na fiação, tecelagem e acabamentos e a partir daí a confecção aparece a completar o ciclo produtivo, sobretudo nos últimos anos, como é demonstrado pela constituição de um elevado número de indústrias de confecção (figura 2.2). Territorialmente, as marcas dos ritmos de industrialização são ainda visíveis: a maquinofactura nas unidades Têxteis localizadas à margem do Rio Selho, a verticalização da produção nas grandes instalações Têxteis localizadas junto ou perto das principais vias rodoviárias e a dinâmica da confecção na recente difusão das pequenas empresas.

A indústria em Mesão Frio surgiu com o desenvolvimento da confecção, associada à escassez e ao preço das instalações (garagens) no centro urbano de Guimarães, este de longa tradição têxtil, localizando-se ao longo da estrada nacional Guimarães — Fafe e/ou Felgueiras, nas proximidades da cidade. Enquanto que, na freguesia de S. Jorge de Selho é possível identificar um extenso percurso indus-

trial, que remonta a finais do século passado, e reconhecer diferentes ritmos de industrialização, na freguesia de Mesão Frio o fenómeno industrial é recente (finais dos anos setenta) — tanto o trabalho ao domicílio como as empresas constituídas surgiram depois de 1976 e com maior incidência depois de 1980.

### 3. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, TECIDO PRODUTIVO E GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O modelo de concentração produtiva característico do pós-guerra entrou em crise e nos últimos anos têm-se registado estratégias de localização baseadas em processos de segmentação/exteriorização da produção, visando aumentar a flexibilidade do sistema. A rigidez está ligada à organização da estrutura produtiva e ao mercado de trabalho: as concentrações de produção, polarizadas pelas grandes empresas verticais, apresentam uma forte rigidez na reconversão da estrutura produtiva e na gestão da força de trabalho. Segundo Holmes as grandes concentrações de capital e de força de trabalho do período de crescimento dos anos sessenta respondem com maior dificuldade, neste momento de incerteza e de instabilidade, às necessidades de adaptação (Holmes, 1986: 87)<sup>7</sup>:

- às flutuações, tanto quantitativas como qualitativas, e à estrutura do mercado de produtos;
- às diferentes exigências tecnológicas e de capital fixo, empregadas no processo produtivo;
- às distintas características do mercado de trabalho visando uma diminuição do custo do trabalho e um aumento do controlo laboral.

A localização industrial e a estrutura segmentada do mercado de trabalho e da organização da produção só poderão ser compreendidas com base no sistema produtivo integrado têxtil/vestuário e na posição que os diferentes tipos de empresas e o trabalho ao domicílio aí ocupam. Analisemos então a estrutura produtiva a partir das empresas localizadas nas freguesias de S. Jorge de Selho e Mesão Frio. O tecido industrial organizado via subcontratação, ainda que seja aqui preponderante, não esgota os laços que unem os diferentes tipos de empresas. A tipologia das relações estabelecidas no tecido produtivo têxtil/vestuário que iremos propor baseia-se nos factores desencadeadores da desconcentração, na eficiência técnica da estrutura produtiva, na gestão da força de trabalho empregue, na estrutura territorial corres-

---

<sup>7</sup> Embora a desagregação analítica se refira apenas à subcontratação, ela permanece operacional para a análise dos processos de segmentação/exteriorização da produção, dos quais a subcontratação é uma das formas possíveis.

pondente e, sobretudo, nas relações estabelecidas no interior e exterior deste tecido industrial local. Assim, podemos considerar (quadro 3.1 e figura 3.1):

- a — as relações de subcontratação à volta de um centro evidente de organização da produção;
- b — as relações de subcontratação e os outros agentes de contratação;
- c — as relações de subcontratação para responder a exigências tecnológicas;
- d — as empresas não implicadas em relações de subcontratação — as independentes.

QUADRO 3.1—Organização e segmentação do processo produtivo na indústria têxtil/vestuário na freguesia de S. Jorge de Selho e Mesão Frio, 1985/86.

Tipos de relações	Tipos de empresas	n.º de empresas	n.º de pessoas ao serviço	Actividade predominante
a	AC	7	[4-2782]	variável
	AS	17	[4-48]	confecção
b	BS	4	[6-40]	confecção
c	CS	4	[7-15]	fiaç., tec. e acab.
d	D1	6	[3-756]	fiaç., tec. e acab.
	D2	4	[4-296]	fiaç., tec. acab. e conf.
	D3	2	[40-80]	tec. e conf.
	D4	3	[16-72]	confecção

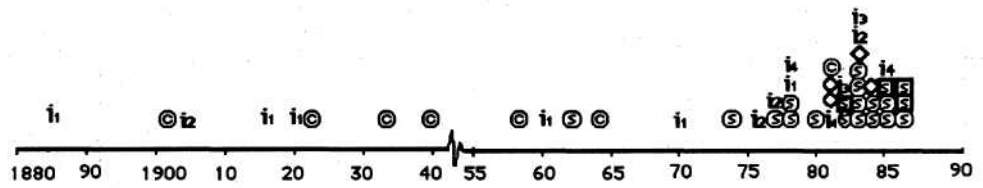
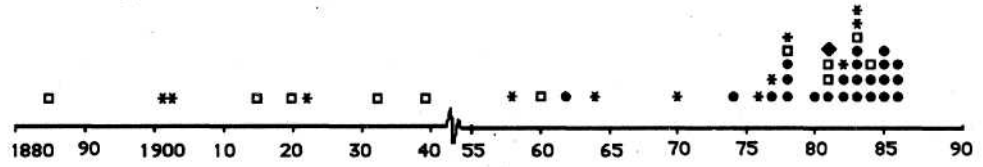
<sup>a</sup> As relações de subcontratação à volta de um centro evidente de organização da produção

Esta estrutura assenta em relações de subcontratação. Este modo de contratar a produção, considerada na década de sessenta e início da seguinte como um fenómeno marginal e em vias de extinção nas economias capitalistas avançadas, dada a racionalização e verticalização da produção que se estava a operar, mostra, a partir de então, tendências para persistir ou mesmo aumentar.

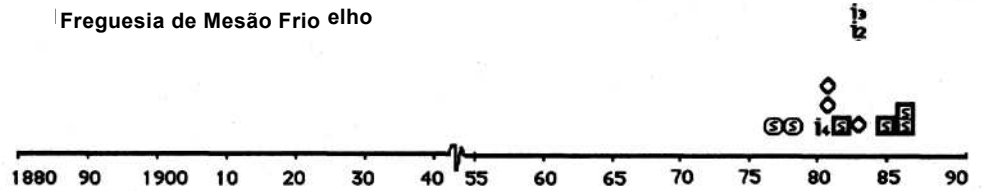
A subcontratação refere-se a uma relação entre duas empresas, entre uma firma que requesita todo ou parte do processo produtivo (empresa que denominaremos AC) a uma outra (AS), de acordo com os interesses ou os planos da primeira. Segundo Holmes, «...to a situation where the firm offering the subcontract requests another inde-

FIGURA 3.1 — Dinâmica e tipologia das empresas têxteis/vestuário nas freguesias de S. Jorge de Selho e Mesão Frio, 1985/86.

Freguesias de S.Jorge de Selho e Mesio Frio



Freguesia de Mesão Frio elho



Tipo	Empresas:		Actividade predominante
AC	contratante	©	
AS	subcontratada	(D)	

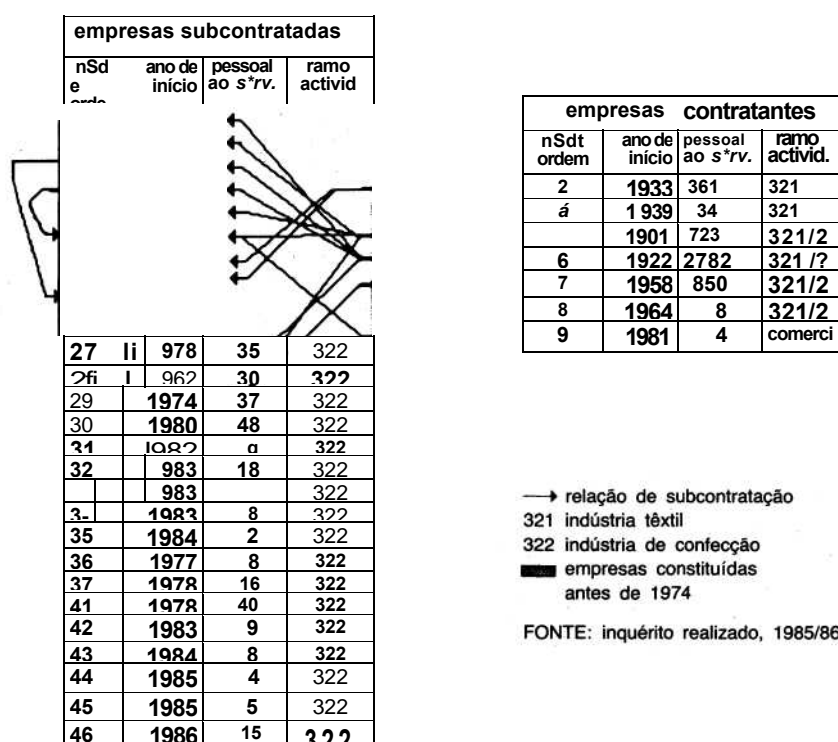
68

BS	subcontratada	m	
CS	subcontratada	o	
D1	independente	l1	
D2	independente	l2	
D3	independente	l3	
D4	independente	l4	

pendent enterprise to undertake the production or carry out the processing of a material component part or subassembly for it according to specifications or plans provided by the firm offering the subcontract». (Holmes, 1986: 84). Esta forma de organização da produção e do emprego denominada "secundária", irá apresentar um papel relevante e tem um significado diferente na reestruturação industrial, tanto à escala nacional como internacional.

A organização do sistema produtivo desenrola-se segundo uma estrutura em árvore. O tronco é representado pela empresa contratante, que subcontrata a outras empresas — às subcontratadas — alguma(s) fase(s) do processo produtivo, as quais, subcontratadas, por sua vez, poderão também subcontratar ainda as mesmas e/ou outras fases a outras empresas. Ainda que, na nossa amostra, predominem empresas contratantes com um grande número de pessoas ao serviço, isso não parece ser uma norma: podemos encontrar desde uma empresa com mais de 2500 pessoas ao serviço até uma outra com apenas 4 pessoas. Relativamente às subcontratadas, a dimensão é mais uniforme: todas as empresas em análise apresentam menos de 50 pessoas ao serviço, demonstrando a pequena dimensão que geralmente estas empresas apresentam (em média, 17 pessoas ao serviço) — quadro 3.2.

QUADRO 3.2 — Segmentação do processo produtivo na indústria têxtil/vestuário nas freguesias de S. Jorge de Selho e Mesão Frio, 1985/86.



Esta estrutura organizativa supõe relações de dominação/subordinação que poderão transparecer no regime de ocupação das empresas subcontratadas, nos preços praticados, no conhecimento de quem os estipulou, na origem das matérias primas... Ela supõe também, e geralmente, a segmentação do mercado de trabalho entre as empresas "centrais" e as suas "satélites". No entanto, isso não significa que empresa subcontratada seja sinónimo de emprego "subterrâneo". A procura de um mercado de trabalho flexível e de baixo custo joga um papel preponderante nesta subcontratação, mas pode assumir modalidades distintas, o que será objecto de uma análise cuidada posterior.

Nesta estrutura podemos inserir cerca de 51% das empresas da nossa amostra: 14.9% são empresas contratantes — constituem o "tronco da árvore" produtiva — e 36.2% são subcontratadas<sup>8</sup>. As relações de subcontratação dominam nesta organização produtiva, transparecendo relações de subordinação das empresas subcontratadas relativamente às contratantes, como foi referido. Estas relações podem ser detectadas a vários níveis:

— a maioria das empresas subcontratadas inseridas nesta tipologia (65%) declara não poder planificar o seu regime de ocupação — tempo exclusivamente dedicado à produção — e lamenta a irregularidade na entrega de trabalho por parte das empresas contratantes, provocando períodos de semi-ocupação e/ou desocupação, correspondente à exteriorização da ocupação descontínua. A planificação das actividades na empresa contratante vai determinar os diferentes níveis de actividade na subcontratada sem que qualquer programa em conjunto ou qualquer aviso antecipado seja realizado, fomentando formas de concorrência horizontal;

— a matéria-prima utilizada por estes dois tipos de empresas (Ac e As) tem origens diferentes. Enquanto as contratantes compram directamente no mercado externo ou em empresas nacionais, as suas "satélites" recebem a matéria-prima da empresa contratante, geralmente já cortada (em 82% das empresas subcontratadas aqui inseridas). Se, por um lado, isto transmite-nos uma situação de fraca autonomia da empresa subcontratada, por outro, a gestão e os encargos com os *stocks* é suportada pela empresa contratante, o que joga a favor da primeira;

— o valor do trabalho realizado nas empresas subcontratadas é estabelecido nas empresas "centrais" (em 100% dos casos) e 88% das suas "dominadas" considera-o muito baixo relativamente ao custo de produção, declarando estas últimas, estar aqui a explicação da prática de salários ilegais e do não cumprimento das outras obrigações legais;

---

<sup>8</sup> Relativamente ao concelho, em termos percentuais, as empresas subcontratadas devem ultrapassar o valor assinalado e as contratantes não o devem atingir.



— a forma das empresas subcontratadas angariarem serviço é realizado informalmente, através de conhecimentos pessoais, familiares ou profissionais — ex-colegas, ex-patrões, ou os próprios empresários são ainda operários ou empregados da empresa contratante. Os empresários das empresas "satélites" declararam que em momentos de menor procura a concorrência é terrível e que "batem a todas as portas" na procura de serviço;

— a concepção dos produtos está a cargo das empresas contratantes em 100% dos casos e o transporte de mercadorias é realizado em 29% das vezes também pela empresa contratante (65% das empresas subcontratadas têm veículo próprio e 6% pedem emprestado), demonstrando a dependência e a debilidade das empresas "secundárias".

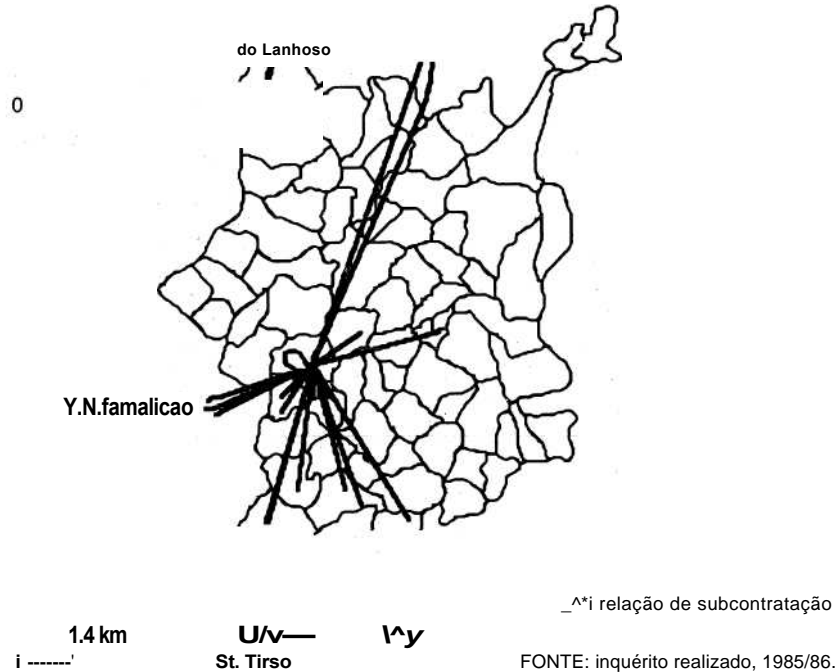
A debilidade destas é também confirmada pela quase total ausência, dentro da empresa, dos serviços de reparação e manutenção de equipamento e dos serviços de contabilidade. Nas empresas subcontratadas o próprio empresário tem um papel importante nestas actividades: em 41% e em 12% das empresas são os próprios empresários ou seus familiares que, respectivamente, executam as reparações e fazem a contabilidade. A contabilidade é executada pela contratante em dois dos casos, realçando, mais uma vez, a dependência das primeiras relativamente às segundas. Assim, enquanto as empresas subcontratadas recorrem a estes serviços no exterior, as empresas contratantes possuem esses serviços na própria empresa.

Uma outra forma de analisar a dependência ou a autonomia de uma empresa poderá ser através do acesso directo ou não ao mercado. Às empresas contratantes corresponde o acesso directo ao mercado nacional e/ou externo e, logo, uma maior autonomia; às subcontratadas corresponde o acesso indirecto e, logo, uma maior dependência. Além disso, todo o sistema de informação — sobre a moda, cores, processos de fabrico... — processa-se via empresa contratante: é esta que está no Mercado, nas Feiras, nas Associações Patronais..., enfim, é quem recebe as informações e quem dita as regras às suas "satélites".

Territorialmente, estas empresas "secundárias" situam-se, na maioria das vezes, à volta do seu núcleo polarizador. Na amostra, 70.6% (12 empresas) das empresas subcontratadas inseridas neste tipo produzem exclusivamente para empresas localizadas no concelho de Guimarães, 23.5% (4 empresas) para uma empresa localizada no concelho contíguo, V. N. Famalicão, e 5.9% (1 empresa) para uma empresa do concelho de Felgueiras. Analisando a estrutura locativa das relações de subcontratação (mapa 3.1) podemos comprovar que são curtas as distâncias percorridas no vaivém quase diário de entrega e/ou recebimento de mercadorias. Estas relações, na maioria das vezes,

só admitem curtas distâncias, de forma a que os custos de transportes não pesem nos custos totais de produção e as trocas sejam facilitadas.

**MAPA 3.1 — Localização das empresas subcontratadas de uma empresa contratante localizada na freguesia de S. Jorge de Selho, 1985/86.**



b. As relações de subcontratação e os outros agentes de contratação

Nesta estrutura produtiva está ausente um centro de organização local à volta do qual gravitam algumas empresas. As relações estabelecidas são igualmente de subcontratação, mas poderão extravazar largamente o Vale do Ave, criando estruturas de dependência a empresas e/ou a agências comerciais localizadas não só em Guimarães mas também no Porto ou no estrangeiro. A dinâmica deste tipo de organização produtiva, sobretudo no início da actividade, associa-se ao escasso capital necessário, ao desenvolvimento da actividade e à abundância e precariedade da força de trabalho, que admite longas jornadas de trabalho não remuneradas em momentos de maior procura, que chegam a atingir três dias consecutivos só com pausas para refeições e 4 a 5 horas para dormir. Na nossa amostra podemos identificar quatro empresas (8.5%) deste tipo — as do tipo BS.

Na estrutura produtiva transparecem relações de dependência das empresas subcontratadas relativamente às contratantes, mas esta subordinação não atinge as características da tipologia anterior, deno-

tando-se uma eficiência técnica superior, maiores capacidades, melhores perspectivas para o futuro:

— o "design de moda" é concebido nas agências ou empresas contratantes, enquanto o "modelismo", na maioria das vezes, está a cargo das subcontratadas;

— a matéria prima é adquirida nas empresas locais e não é fornecida pelas contratantes;

— as empresas subcontratadas possuem veículos próprios e o transporte de mercadorias é realizado por elas e/ou pelas contratantes em função dos interesses mútuos;

— no entanto, em 50% dos casos (2 empresas), os preços do trabalho subcontratado é da responsabilidade única da empresa contratante e ainda são considerados baixos, relativamente ao custo de produção.

Os serviços de reparação e de contabilidade estão a cargo, na maioria das vezes e respectivamente, de unidades externas localizadas na cidade de Guimarães e de contabilistas locais (da própria freguesia ou da cidade) em regime de *part-time*. A debilidade económica expressa pelas empresas subcontratadas do sistema em "árvore" é muito superior à destas pequenas empresas; todas declararam apresentar uma situação económica razoável, uma contabilidade organizada e o capital da empresa não se mistura com os rendimentos do agregado familiar dos empresários.

c. As relações de subcontratação para responder a exigências tecnológicas

Neste caso, a especificidade e a complexidade técnica e a exigência de capital fixo de certas produções são, mais do que as motivações de carácter laboral, os factores desencadeadores da exteriorização. Este tipo (CS) supõe geralmente um aumento da eficiência do sistema. Na amostra em análise temos exemplo de quatro empresas (8.5% das empresas), todas elas constituídas depois de 1980, que se dedicam: duas à indústria dos bordados, uma à estampanaria e outra à fição; actividades em geral desenvolvidas segundo uma tecnologia e/ou numa dimensão que não justifica uma localização concentrada. Na nossa amostra, cinco empresas contratam frequentemente este tipo de fases produtivas e não planeiam a sua inserção na empresa.

Estas empresas não mantêm, em geral, relações de subordinação unilaterais, ainda que, na maioria das vezes, sejam empresas subcontratadas. Produzem para empresas locais e os preços são estabelecidos por consenso ou, então pela empresa que realiza a encomenda, sendo na maioria das vezes considerados correctos. São, quase sempre, empresas de pequena dimensão que recorrem a serviços de reparação de equipamento e de contabilidade exteriores, possuindo um sistema de

gestão bem organizado. Ainda que não tenham acesso directo ao mercado, estão bem informadas sobre a sua evolução e sobre os processos de fabrico.

d. As empresas não implicadas em relações de subcontratação — as independentes

A estrutura segmentada da organização da produção e do mercado de trabalho via subcontratação, ainda que seja preponderante, não esgota os laços que unem os diferentes tipos de empresas. O que se passa com as empresas "independentes" e "mistas" é a questão que nos irá agora ocupar (15 empresas, 31.9% das entrevistadas). A integração no tecido industrial local obtém-se não através de forças de dependência/dominação mas, sobretudo, através de relações comerciais de compra/venda de matérias-primas e/ou de produtos semi-manufacturados. Os preços são negociados e a maioria das vezes são considerados correctos pelas duas partes.

Neste grupo de empresas podemos, no entanto, detectar, pelo menos, quatro tipos diferentes, segundo a fase produtiva desenvolvida e, por vezes, o ano de início de actividade:

D1) Empresas que só fabricam fases de montante no processo produtivo têxtil/vestuário (fiação, tecelagem e acabamentos), vendendo a produção a empresas locais, que irão adicionar as fases de jusante, e/ou a grossistas nacionais — 6 empresas. Compreende tanto empresas constituídas no início da industrialização da têxtil do algodão com muito pessoal ao serviço, como empresas familiares de pequena dimensão dos anos sessenta e setenta;

D2) Empresas que realizam todo ou quase todo o processo produtivo sem exteriorizarem qualquer segmento, dedicando-se à fiação, tecelagem acabamentos e confecção de têxteis-lar (4 empresas). Embora predominando na amostra unidades de reduzida dimensão (4,20,20 indivíduos) esse facto parece não ser discriminante (uma tem 296 pessoas ao serviço);

D3) Empresas de média dimensão (40 e 80 pessoas ao serviço), formadas nos finais dos anos setenta e início dos de oitenta, que realizam todo o processo produtivo sem exteriorizarem qualquer segmento, dedicando-se à tecelagem e à confecção de vestuário exterior — 2 empresas;

D4) Empresas de pequena e média dimensão (72, 16 e 20 pessoas ao serviço), criadas nos finais dos anos setenta e anos oitenta, que só se dedicam à confecção, actividade a jusante do processo produtivo, sempre de vestuário exterior, adquirindo a matéria-prima sobretudo nas empresas locais — 3 empresas.

Relativamente ao mercado de trabalho, se às empresas do tipo D1 e D2 correspondem, a maioria das vezes, situações regulares na

aplicação da legislação laboral, nas do tipo D3 e D4, atitudes legais misturam-se com irregularidades na prática das tabelas salariais, na inscrição e/ou pagamento do Fundo de Desemprego e Segurança Social, nos contratos...; segmentação esta que será objecto de posterior análise.

Todas as empresas possuem transporte próprio e os serviços de reparação e manutenção do equipamento e de contabilidade existem internamente ou não, em função da dimensão e da estrutura de custos da unidade industrial. Relativamente à concepção dos produtos, no tipo D1 e D2, verificam-se situações distintas: nas grandes empresas está a cargo de pessoal interno e representa, na maioria das vezes, cópias ou adaptações de colecções criadas no exterior; nas pequenas a experiência anterior dita o produto a fabricar. As empresas dos tipos D3 e D4 concebem os próprios produtos, ainda que através de cópias com algumas adaptações do "design de moda" estrangeiro. É de notar que nos dois últimos anos tem-se registado uma tendência no sentido de aumentar o "design de moda" nacional, de forma a aumentar a competitividade; a indústria portuguesa apercebeu-se que os produtos fabricados, ao serem muito semelhantes aos criados e produzidos no exterior, tinham menos hipóteses de venda; a novidade, o diferente, vende melhor, segundo a opinião dos inquiridos.

A maioria das empresas são unidades sólidas, atentas ao desenrolar do mercado, mantendo-se informadas através de revistas e de uma frequência assídua nas Feiras nacionais e estrangeiras do sector, e com boas perspectivas no futuro.

#### 4. OS AGENTES PRODUTIVOS: INVESTIDORES E GESTORES

A percepção das perspectivas da indústria têxtil/vestuário desta área passa pelo conhecimento dos seus representantes empresariais, com especial incidência para o "novo" empresário. As origens dos investimentos iniciais, os factores que levaram a realizá-los neste sector e nesta área, o carácter empreendedor e inovador, as qualificações literárias e profissionais dos empresários, numa óptica temporal e integrada nos contextos socioculturais, serão alguns elementos a ser questionados.

Relativamente aos factores de localização que levaram os fundadores a optarem pela localização nesta área, reparamos que 55% dos empresários inquiridos, ao serem questionados sobre os factores que condicionaram os investidores na localização neste concelho e nestas freguesias, declararam serem naturais e/ou residentes das mesmas, possuindo por vezes terrenos e/ou instalações próprias. No entanto, a tradição regional Têxtil irá aparecer como factor crucial na localização e na opção da actividade a investir, para o que contribuíram obvia-

mente os mecanismos de transmissão de conhecimentos profissionais, que iremos referir. A possibilidade de usufruir de mão-de-obra especializada e as pequenas distâncias entre as diferentes unidades Têxteis/Vestuário, facilitando as relações entre elas (por exemplo as relações de subcontratação), evidenciam, conjuntamente com os factores enunciados, a integração local deste sector produtivo.

A maioria dos empresários desta área e desta indústria é natural e sempre residiu neste concelho, frequentemente na freguesia em que está localizada a unidade industrial. A habitação muito perto da empresa parece ser uma norma, sobretudo em S. Jorge de Selho, o que se articula com a origem e a expansão desta indústria: tanto no passado como na actualidade, inicia-se a actividade no anexo, cave ou garagem da própria habitação; se antes era com um ou dois teares manuais, hoje é com uma ou duas máquinas "corte-cose". Assim, a habitação, mesmo a do grande empresário, e a indústria misturam-se no território; são visíveis vistosas e grandes vivendas mesmo ao lado, no mesmo lote e pertencendo ao mesmo proprietário, de blocos industriais, de linhas rectilíneas, de grande dimensão, ou pequenas vivendas, cujas caves ou garagens servem de instalação para pequenas confecções.

O facto de o edificio de habitação dos empresários e os edificios da unidade industrial coincidirem em 30% dos casos entrevistados, de as instalações construídas especificamente para fins industriais representarem só 36% do total de instalações e, em contrapartida, haver adaptações de espaços muito diversificados — garagens, anexos, caves ou mesmo espaços habitacionais — para instalações industriais, evidenciam a pouca exigência, em termos técnicos e sócio-culturais, na selecção dos locais laborais e, sobretudo, a flexibilidade que a indústria de confecção, muito mais que a indústria têxtil, apresenta em termos de instalações.

A disponibilidade de instalações é assim um factor importante nesta opção locativa. Enquanto em S. Jorge de Selho predominam as instalações próprias (33.3%), seguidas das de aluguer (29.2%), não sendo de desprezar a importância assumida pelas instalações emprestadas (12.5%), em Mesão Frio a disponibilidade de instalações de aluguer (60%) é um factor muito importante, em prejuízo das próprias (30%). Este desigual comportamento não está alheio ao facto de S. Jorge de Selho pertencer a um dos centros concelhios mais dinamizadores e mais antigos desta actividade — Pevidém — e Mesão Frio apresentar uma dinâmica industrial recente, que aponta para um esgotamento das instalações disponíveis na cidade de Guimarães, também centro tradicional da Têxtil, e a expansão desta actividade ao longo da Estrada Nacional de ligação a Fafe e a Felgueiras, à procura de instalações para alugar, acessíveis ao centro de Guimarães.

Tanto no passado como no presente a tradição regional Têxtil é o factor mais mencionado pelos empresários quando questionados sobre as razões que os levaram a investir neste ramo e nesta região. Entre os "novos e velhos" fundadores das empresas locais predominam raobabilidades ascendentes de assalariados, não necessariamente de cargos de supervisão da produção ou de administração ou comercialização, não sendo raro a associação entre familiares e/ou colegas de trabalho com vista a uma complementariedade de especializações. Parece, no entanto, de realçar nos últimos anos a cultura industrial e o ambiente de euforia, explicado pelos "bons" momentos que este sector está a atravessar; desde tecelões, afinadores, costureiras, escriturários, vendedores... todos consideram ter chegado o momento de se tornarem pequenos empresários. Toda uma cultura e uma técnica industrial Têxtil parece ser o ambiente social destes ex-assalariados ou filhos ou netos de ex-assalariados actualmente empresários.

Como vemos, tendo como base a nossa amostra, a dinâmica actual, em termos locativos está a acompanhar os traços que têm vindo a ser delineados desde finais do século passado. Há um desenvolvimento endógeno, baseado na mobilização de recursos locais — empresários naturais e/ou residentes na área, disponibilidade de instalações, proximidade de outras unidades produtivas têxteis/vestuário, oferta de mão de obra especializada — e na tradição regional nestes ramos, evidenciando a integração local da indústria têxtil/vestuário, ainda que fortemente inserida em espaços sucessivamente mais vastos, como já referimos.

Outra característica importante, tanto no passado como no presente, é a importância das relações familiares na constituição das sociedades e na gestão da empresa. As unidades industriais são constituídas, quase todas, por accionistas familiares (só em três empresas as relações familiares estão ausentes) e a sua gestão está a cargo de alguns dos seus membros — o agregado familiar está na base da mobilização de capitais e na gestão do património industrial.

Analisemos então a(s) fonte(s) do capital inicial ao investimento. A poupança individual ou a familiar surgem-nos, tanto no passado como no presente, evidenciadas relativamente às outras fontes. No entanto, o investimento realizado depois de 1974 apresenta, nas duas freguesias em análise, comportamentos diferentes: enquanto em S. Jorge de Selho sobressai uma forte "coesão" familiar em redor do investimento — cerca de 79% das empresas surgiram de capitais provenientes de poupanças individuais (como as sociedades são geralmente de base familiar, estas poupanças individuais representam poupanças dos diferentes membros da família accionistas) e de poupanças de outros elementos da família não accionistas (20% das empresas) — , em

Mesão Frio são as poupanças individuais (40%) e/ou o empréstimo bancário (30%) que têm a maior representatividade.

Assim, enquanto em S. Jorge de Selho o investimento inicial, tanto no passado como no presente, foi e é realizado com base em capitais locais, sem que um século tenha alterado a(s) origens do capital necessário ao investimento, em Mesão Frio o recurso ao empréstimo bancário parece denunciar uma outra forma de "exercer" a valorização do capital, menos auto-suficiente.

Para uma melhor clarificação do comportamento diferencial verificado, comparemos a frequência do recurso ao empréstimo bancário dos empresários dos empresários das duas freguesias, segundo a antiguidade da empresa:

— as empresas constituídas antes de 1974, a maioria dedicando-se à indústria Têxtil (92.3%) e sendo de grande dimensão, recorreram praticamente todas (84.6%) ao empréstimo bancário, sobretudo com vista à substituição do equipamento obsoleto — algumas gozam de credibilidade bancária, outros há que, atendendo à grande quantidade de pessoal que empregam, aguardam ou já estão a decorrer programas de reequipamento sustentado pelo crédito, com vista a evitar a falência e o implícito despedimento;

— as "novas" empresas de S. Jorge de Selho mostram-se mais auto-suficientes em termos financeiros, já que cerca de 58% nunca recorreu a qualquer empréstimo bancário, contrapondo-se às de Mesão Frio, em que este valor desce para 40%. Se, por um lado, se pode evidenciar a capacidade financeira das "novas" empresas da primeira freguesia, por outro lado, este valor tão baixo de recurso ao crédito pode significar, ainda que não o tenha sido expressamente declarado pelos inquiridos, falta de conhecimento e/ou um certo "medo" e/ou relutância em investir sem ser com capital próprio.

A dimensão da empresa parece ser também um factor preponderante no comportamento da empresa face ao empréstimo bancário. Assim, 55% das empresas com menos de 20 pessoas ao serviço nunca recorreram ao empréstimo bancário (61% em S. Jorge e 44% em Mesão); a necessidade de mobilizar pequenas somas de capital para o investimento em pequenas confecções, sobretudo subcontratadas, capital esse possível de ser angariado no seio da família, contribui para a explicação da fraca necessidade de apoio exterior no que se refere ao pequeno investimento.

Temos ainda de acrescentar que todas as empresas são o resultado da mobilização de recursos locais, não se verificando a instalação de unidades industriais provenientes do exterior nem mesmo qualquer associação de capitais locais e externos.

Tentando articular o que foi dito sobre o comportamento face ao



investimento com a tipologia de organização da produção<sup>9</sup> e o ramo de actividade a que se dedicam, podemos afirmar, em linhas gerais, que o sistema produtivo se encontra segmentado em:

1) empresas têxteis contratantes ou independentes (dos tipos AC, DI e algumas D2) fundadas há muitos anos com bases em recursos financeiros individuais, a enfrentar nos últimos anos graves problemas económicos decorrentes da forte concorrência externa, não possível de ser enfrentada com um equipamento incrivelmente obsoleto, e que, por isso, se apoiam no crédito para a viabilização económica da empresa;

2) empresas de confecção de têxteis-lar e de vestuário-interior, sobretudo subcontratadas por empresas locais (do tipo AS), constituídas nos últimos dez anos, com base em capitais próprios, que exercem a sua actividade industrial sem recorrerem ao crédito bancário, a maioria mantendo-se no sistema produtivo em situação instável e de pendente;

3) empresas de confecção de vestuário-exterior, subcontratadas por agentes comerciais nacionais e/ou por empresas ou agências estrangeiras (do tipo BS), e empresas independentes (dos tipos D3 e D4) produzindo directamente para o mercado nacional e externo, que recorreram e/ou ainda recorrem ao crédito no investimento industrial conjuntamente com capitais próprios, encontrando-se integradas no sistema produtivo local sem que estejam estabelecidas relações de dependência, ainda que estas relações se realizem a outra escala com os mercados estrangeiros ou as agências nacionais, como já referimos;

4) empresas subcontratadas, respondendo a necessidades técnicas do sistema produtivo (do tipo CS), que recorreram ou ainda recorrem ao crédito bancário e que não mantêm relações de dependência no tecido produtivo.

O papel da família na iniciativa empresarial não se limita ao financiamento do investimento industrial, mas está também presente na própria gestão da empresa — a indústria apresenta-se no território, em parte, como resultado de estratégias familiares. Assim, devemos notar que, além das sociedades serem constituídas quase todas por elementos da mesma família, a própria gestão da empresa também está a cargo do núcleo familiar.

No "organigrama" das grandes empresas a gestão está estruturada em grandes secções que estão a cargo dos diferentes elementos da família — director da administração, director comercial, director da produção, director de "design" de moda... — de forma a que todas as

---

<sup>9</sup> Tratada no capítulo 3.

áreas estejam sob o controlo familiar/empresarial e de modo a facilitar e melhorar a gestão num ambiente de poucos conflitos familiares. Há mesmo, nas grandes empresas, estratégias familiares antecipadas na formação escolar. Assim, os cursos superiores dos futuros e já de alguns actuais empresários das grandes empresas são, ou foram, planeados dentro do núcleo familiar de forma consciente, contemplando os gostos pessoais, os interesses da empresa, e contribuindo para uma formação heterogénea no seio da família e, logo, da empresa.

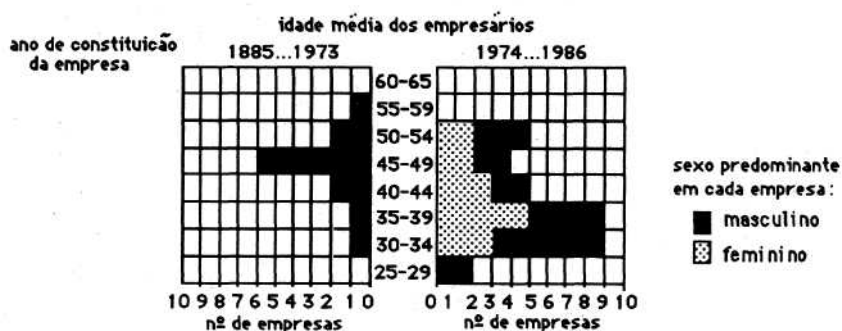
Em algumas empresas a organização da gestão está obviamente facilitada pela sua reduzida dimensão: um dos elementos da família, na maioria das vezes do sexo feminino, organiza a produção interna e o outro elemento, na maioria das vezes do sexo masculino, responsabiliza-se pelos contactos externos. Relativamente a estas pequenas empresas, ainda que algumas tenham sido constituídas com vista a assegurar o futuro dos filhos, estes mostram-se pouco interessados, planeando um futuro relacionado com o curso que estão a tirar, escolhido sem qualquer planificação estratégica, independentemente, portanto, da empresa dos pais.

A dinâmica industrial depois de 1974 é vertiginosa — ao nível concelhio e nas duas freguesias em análise mais de 60% das empresas surgiram nos últimos anos. Se, por um lado, este surto de nascimentos de empresas está a gerar uma "nova classe" empresarial, por outro lado, a tradição têxtil desta área deixa-nos os filhos e os netos dos dinâmicos e inovadores fundadores da têxtil algodoeira do século passado e deste século. A caracterização do empresário desta indústria irá naturalmente incidir nestas duas épocas e será conjugada com a tipologia das empresas que lhes está predominantemente associada.

#### 4.1. PERFIL DOS EMPRESÁRIOS DAS EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1974

São 46 os empresários actuais das 13 empresas constituídas antes de 1974, num total de 56 accionistas. Apresentam uma estrutura etária muito diversificada, dos 25 aos 80 anos, embora a idade média dos empresários de cada empresa ronde predominantemente os 45-49 anos (quadro 4.1), são praticamente todos do sexo masculino e correspondem, sobretudo, aos filhos e netos (ou bisnetos) dos fundadores da indústria têxtil local (só 5 são empresários fundadores). Possuem como habilitações literárias o 3.º, 4.º ou 5.º ano das Escolas Industriais ou Comerciais, quando têm 40 a 50 anos, e cursos Médios tirados no Estrangeiro ou cursos Superiores em Portugal, quando são mais jovens. A maioria deles iniciou a sua formação profissional na empresa da família (só 5 é que foram assalariados de outras empresas — 38%).

**QUADRO 4.1 — Idade média e sexo predominante dos empresários da indústria Têxtil/confeção de S. Jorge de Selho e Mesão Frio, 1985/6.**



FONTE: inquérito realizado, 1985/86.

Estes empresários são responsáveis pela actividade de empresas contratantes (AC) e independentes (do tipo D1 e D2) — 69% e 23% respectivamente e só uma subcontratada — , que se dedicam à fição e/ou tecelagem e/ou acabamentos, ou são empresas verticais (desde a fição à confeção), geralmente de grande dimensão—54% com mais de 250 pessoas ao serviço — , cuja forma jurídica predominante é a sociedade por quotas (77%).

Relativamente ao conhecimento que estes empresários têm sobre a situação económica do sector e as suas perspectivas futuras, demonstram uma certa insegurança e um precário conhecimento dos reflexos e das atitudes a ter perante a entrada de Portugal na CEE. Advertem para a falta de quadros especializados e reconhecem a falta de preparação e conhecimento dos gestores, responsabilizando a crise pela má gestão verificada no sector.

Podemos considerar duas situações extremas neste tecido empresarial:

— empresários a gerir empresas com uma excelente situação financeira, com óptimas perspectivas futuras, apoiados num quadro de técnicos superiores bem informados, exemplificando ou não uma excelente gestão familiar, que conscientes da situação e do futuro deste sector, se mostram interessados e tomam iniciativas com vista a uma posição mais agressiva no Mercado (uma maior qualidade de fabrico com pessoal qualificado usufruindo de salários e de regalias sociais legais);

— empresários a gerir pequenas ou grandes empresas em péssima situação financeira (por vezes com equipamento obsoleto ou com dívidas contraídas na expansão e no reequipamento, por vezes desmedido), mal informados, com uma visão do negócio muito limitada,

que não acompanharam o decorrer do Mercado ou que, pela situação que mantêm no sistema produtivo, não têm qualquer noção do seu funcionamento.

#### 4.2. EMPRESÁRIOS DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS DEPOIS DE 1974

São quarenta e sete os empresários de trinta e quatro empresas constituídas depois de 1974. A estrutura etária e a idade média dos empresários de cada uma destas empresas é mais jovem do que a dos empresários atrás analisados, predominando os de 30 a 40 anos; o sexo feminino, contrariando a tendência anterior, tem aqui um forte contributo. Possuem como habilitações literárias a 4.<sup>a</sup> classe (45.4%) ou o 3.<sup>o</sup>, 4.<sup>o</sup> e o 5.<sup>o</sup> Ano da Escola Industrial ou Comercial (18.2%) e correspondem sobretudo a ex-assalariados ou ainda actualmente assalariados de empresas têxteis locais.

Estes empresários são responsáveis pela actividade de empresas subcontractadas (AS,BS,CS) e independentes (D2,D3,D4) — 24 e 7 respectivamente — sobretudo da indústria de confecção, com pouco pessoal ao serviço (menos de 50 indivíduos) em unidades industriais registadas, na maioria das vezes, em nome individual.

Como a maioria das empresas do concelho iniciou a sua actividade depois de 1974, podemos dizer que a maioria dos empresários da Têxtil/Vestuário em Guimarães correspondem a antigos assalariados de empresas locais ou familiares destes, que deixaram o seu emprego (ou ainda não) na Têxtil, de livre vontade, depois de terem amealhado algumas poupanças. A importância da poupança proveniente da emigração (6 emigrantes e um "retornado" das ex-colónias — 15% dos novos empresários) é muito importante no suporte desta dinâmica industrial recente. Em S. Jorge de Selho (quadro 4.2) a "escola" dos novos empresários parece já estar montada; o aparecimento de treze empresas num total de trinta e quatro — 38% — (mais uma, mas de 1962), esteve directa ou indirectamente ligado com a formação profissional realizada em outras cinco empresas também aí localizadas — o tecido industrial auto-reproduz-se através da auto-profissionalização dos seus futuros empresários. Assim, se às empresas constituídas antes de 1974 correspondem empresários germinados sobretudo em alfores familiares da Indústria Têxtil local, às actuais associam-se assalariados ou ex-assalariados oriundos das anteriores.

O esquema é, na generalidade, este:

— o assalariado, do sexo masculino, na indústria Têxtil local monta a sua pequena empresa na sua própria habitação com a sua esposa, também ex-assalariada da Têxtil, e com dois ou três aprendizes com 14 a 16 anos. A esposa será a encarregada da organização do

**QUADRO 4.2 — Mobilidade socio-profissional dos "novos" empresários da indústria Têxtil/Confecção da freguesia de S. Jorge de Selho, 1985/86.**

**o "novo" empresário**

n.º de ordem	ano de início	ligação profissional	ramo activid	tipo
11	1878	ex-Operário	321	independ
15	1983	ex-emp. escritório	321/32	independ
19	1978	ex-operário	322	independ
27	1978	é contabilista	322	subcontr
28	1962	ex-operano	321/32	subcont
29	1974	ex-encarregado conf.	322	subcont
30	1980	sócios comuns	322	subcontr
31	1982	ex-operano	322	subcont
32	1987	ex-emp .escritório	322	subcontr
33	1983	ex-operano	322	subcont
34	1983	operário	322	subcont
41	1978	marido-operário	322	subcont
44	1985	é afinador	*??	subcont
45	1985	é encarregado comerc.	322	subcontr

**empresas de origem**

n.º de ordem	ano de início	ramo activid.	tipo
14	JQ?n	321/2	independ
2	1933	321	contrat
	1911	321	contrat
	1901	321	contrat
	19??	321	contrat

—▶ laços profissionais  
 321 empresa têxtil  
 322 empresa de confecção

FONTE: inquérito realizado

trabalho interno e o transporte e comercialização da produção fica a cargo, a tempo parcial, do ainda assalariado da Têxtil, melhor posicionado e, por isso, mais bem informado sobre o mercado (muitas vezes contabilista, responsável pela comercialização, chefe de armazém...). Para estes empresários o emprego oferece a necessária estabilidade do rendimento económico da família e a pequena empresa responde à ambição de trabalhar por conta própria, tão comum neste ambiente sociocultural de cariz rural, e à necessidade de usufruir um maior rendimento. Assim, quando a empresa atinge uma certa dimensão (pelo volume de vendas que transaccionai) e permite estabilidade económica, sem grandes riscos — geralmente dois anos depois de ter constituída — o assalariado, ou abandona o seu posto de trabalho para se dedicar exclusivamente à sua própria empresa, ou mantém-se, porque reconhece estar aí a sua fonte de informação e de conhecimento indispensáveis à sobrevivência do seu pequeno negócio. No entanto, a grande ambição destes empresários é trabalhar sem dependências, criar a própria "marca" e produzir directamente para o mercado.

Outro factor importante para a caracterização deste tecido industrial é a função dos empresários nas suas empresas. O facto de terem

sido, ou serem, assalariados da Têxtil tem naturalmente reflexos na função que desempenham na empresa. Estes "novos" empresários, na maioria das vezes, além da função de gerência realizam tarefas diretamente produtivas e têm uma concepção do negócio mais produtivista e imediatista do que empresarial e planificada. A maioria faz o que for preciso: procura serviço, organiza o trabalho, ajuda a executá-lo (corta, cose, faz a revista e embala) e transporta a produção ao seu destino.

Assim, a ausência de planificação a médio ou a longo prazo, o desconhecimento dos custos e benefícios, a falta de coordenação e a ausência de objectivos é vulgar. Como me dizia um empresário: «se alguns de nós mal sabe fazer contas, como é que pode fazer a contabilidade ou a planificação».

Relativamente ao conhecimento da situação do sector e perspectivas futuras, mostram-se pouco conscientes e remetem estas informações para os empresários das empresas que os contratam. A importância das feiras Nacionais e Internacionais, da entrada no Mercado Comum, das atitudes futuras de forma a manter e a aumentar a competitividade no Mercado externo não fazem parte do horizonte da maioria destes empresários. Outros há que, embora conscientes dos problemas do sector (sobretudo contabilistas, vendedores...) através da informação obtida na empresa onde, por vezes, são ainda assalariados, não têm capacidade produtiva para concorrerem no mercado Internacional, o que os leva a manterem-se na situação de dependência das empresas contratantes.

Ainda que a maioria desta classe empresarial corresponda a operários e empregados da Indústria Têxtil Local que conseguem juntar um pequeno capital e montar uma pequena empresa (na maioria das vezes de confecção na cave, na garagem, no anexo da sua própria casa ou no rés-do-chão da habitação desocupada de um emigrante), não queremos com isto dizer que não existam empresários dinâmicos, conhecedores e com perspectivas dentro do sector. É o caso do empresário ex-assalariado de uma grande empresa, numa profissão estratégica em termos de informação sobre o sector (que lhe permite ter acesso ao mercado Nacional/Internacional) ou ex-vendedor/comissionista por conta própria ou filho de um empresário têxtil, ou com habilitações literárias superiores (tais como: engenheiros têxteis, economistas...), conscientes das potencialidades do sector, sobretudo da confecção, criam uma empresa com uma linha de fabrico de "design" próprio e com pessoal qualificado, tendo em vista o mercado nacional ou estrangeiro exigente em qualidade. São em geral personagens com capacidades financeiras superiores, através de capital próprio ou de credibilidade bancária, de carácter empreendedor e inovador, assíduos

frequentadores das Feiras Nacionais e Internacionais relacionadas com o ramo.

Assim, a dinâmica empresarial recente é viabilizada pela segmentação/exteriorização do processo produtivo, pelo posicionamento que estes "novos" empresários aí ocupam. A questão em aberto está no saber se esta rede empresarial local envolvida no sector industrial dominante Têxtil-Vestuário apresenta capacidades dinamizadoras e criadoras do seu próprio espaço no mercado externo ou, pelo contrário, se apresenta muito dependente das estratégias desse mercado. Há potencialidades empresariais a nível local — em termos de iniciativa, capital, vontade de investir, conhecimentos no campo produtivo — mas falta-lhe informação sobre o gosto, as exigências, os preços e a localização do mercado e sobre a organização do trabalho, técnicas de fabrico... Como dizem os próprios empresários: «nós sabemos e temos capacidades produtivas, só que não estamos capacitados, ainda, para criar regras para impor no mercado» (cor, tecidos ou malhas, "design", enfim, a moda). Um importante papel neste campo, sobretudo informativo e formativo, poderiam ter as associações industriais e os próprios municípios, de forma que as indústrias mais incipientes se tornassem mais sólidas e vissem o futuro menos sujeito às vicissitudes das outras empresas ou do mercado.

##### 5. OS AGENTES PRODUTIVOS: TRABALHADORES E ÁREA DE EMPREGO

Depois de termos analisado a componente histórica da indústria Têxtil /Vestuário, a organização da produção industrial, o tecido produtivo e a capacidade de investimento, as características do empresário... na actualidade e numa perspectiva local, ainda que tendo em consideração os mecanismos externos que a condicionam, é altura de debruçarmo-nos sobre o "sistema de emprego local" (Gambier, Verniers, 1982: 136-149).

A análise e evolução recente do "mercado de trabalho" em Portugal em termos de "sistema de emprego" foi objecto de estudo de M.<sup>a</sup> João Rodrigues (1987); "sistema de emprego" é definido como «l'ensemble organisé des structures, des agents et des mécanismes économiques et sociaux qui modèlent l'usage et la circulation de la main-d'oeuvre en interaction avec les processus de (re)production de cette main-d'oeuvre».

Refira-se que a utilização do conceito "sistema de emprego" contém uma vasta discussão das teorias disponíveis sobre o mercado de trabalho. Busca-se um novo posicionamento, integrando muito do que está implícito antes, cuja inovação reside no entendimento interrelacionado das estratégias de gestão/uso da força de trabalho por parte

da procura, nas formas de regulação institucional desse(s) uso(s) e nas modalidades de reprodução dessa força de trabalho.

Como refere ainda M.<sup>a</sup> João Rodrigues (1986: 346-350) a configuração e a diferenciação da relação salarial, entendida como o conjunto de «Fensemble des conditions juridiques et institutionnelles qui régissent l'usage du travail salarié, ainsi que la reproduction des conditions d'existence des travailleurs» (Boyer, 1984: 9-30), permite determinar a posição do aparelho produtivo nacional na nova divisão do trabalho. No entanto, as análises sectoriais tratadas ao nível de distrito escondem uma heterogeneidade de comportamentos, que poderão ser detectadas por um estudo aprofundado, designadamente até ao nível da empresa e atendendo às relações e estruturas profissionais, já que esta desagregação não nos elucida sobre a diferencial lógica de gestão da mão de obra (Rodrigues, 1986: 350).

Assim, a vantagem da análise dos sistemas de emprego locais é de que introduz, na nossa perspectiva, novos enfoques que ultrapassam o nível sectorial (agregado à escala nacional) e meso-espacial da análise, para tentar compreender, ao nível local e empresarial, a interrelação entre as condicionantes gerais do sistema (regulação nacional, inserção no mercado internacional, condições técnicas de produção,...) e as estruturas sócio-produtivas locais e historicamente definidas.

A especificidade do sistema local de emprego interliga-se com o contexto social local:

- a tradição histórica da indústria Têxtil;
- a vitalidade demográfica;
- a alta taxa de actividade explicada por uma entrada precoce da mulher no mercado de trabalho e pela sua forte participação;
- a pluriactividade e o plurirrendimento proveniente dos salários da indústria e de outras proveniências (da agricultura, pensões, reformas, remessas de emigrantes, património familiar,...), geridos no interior de agregados familiares numerosas de forma a manter níveis de rendimento e de consumo satisfatórios<sup>10</sup>;
- a existência de redes apertadas de parentesco e de entreajuda privilegiando o papel da família e dos laços de vizinhança e amizade em desfavor de outras associações, designadamente a sindical;
- o forte peso da habitação alugada, de fracas condições e de renda baixa, juntamente com fortes estrangulamentos nas formas de acesso à habitação<sup>11</sup>;
- finalmente, uma configuração territorial complexa que traduz a mistura e a dispersão das actividades e do povoamento, apoiada e

<sup>0</sup> c.f. Domingues, 1986; Magalhães, 1984.

<sup>1</sup> c.f. Domingues e Marques, 1987; Cardoso, 1985.



catalisada por uma rede viária muito ramificada e densa, onde predominam os movimentos pendulares de curta distância, maioritariamente realizados a pé.

A procura de força de trabalho parece transparecer mais do que dois, três, ou mais segmentos, estabelecidos segundo o nível de salários, a estabilidade no emprego, a especificidade das qualificações, uma pluralidade de situações, uma diversidade de lógicas de organização e de gestão da mão de obra. Assim, procuraremos explicitar as diferenciações tendo em atenção o reforço da regulação institucional da gestão da mão de obra<sup>12</sup>, a manutenção e/ou expansão da competitividade dos produtos Têxteis/Vestuário no mercado Internacional, atendendo aos tipos de empresas, processos de fabrico, características do produto e da procura, em suma à posição que cada empresa mantém na organização da produção<sup>13</sup>, num contexto socioeconómico local/regional específico. No entanto, os sistemas locais de emprego deverão ser analisados segundo uma perspectiva dinâmica, já que todo o desenvolvimento industrial se reflectirá no próprio desenvolvimento desses mesmos mercados.

No concelho de Guimarães, o emprego na indústria Têxtil/Vestuário além de representar 49% da população activa com profissão (INE, 1981), registou na década de setenta um aumento da ordem dos 7%, contrariando a tendência do Continente. São indústrias onde a componente do sexo feminino se está a tornar cada vez mais forte, 56% dos activos em 1981 em relação aos 53% em 1970 (INE), assim como a importância dos jovens activos.

O nosso inquérito abrangeu 6811 trabalhadores, cerca de 19% do pessoal ao serviço no concelho de Guimarães nestas indústrias (1985/86)<sup>14</sup>. Convém novamente referir que, relativamente ao concelho de Guimarães, estamos a sobrevalorizar as empresas de grande dimensão e a subvalorizar as jovens pequenas e médias empresas, pelo que se deve, nas conclusões a que chegarmos, ter isto em atenção. A análise que vamos desenvolver em seguida baseia-se sobretudo nos quadros

---

<sup>12</sup> Segundo a nova legislação laboral: os despedimentos foram proibidos, salvo nos casos de justa causa (sujeitos à averiguação dos tribunais de trabalho) e de despedimento colectivo (sujeitos ao parecer do Ministério de Trabalho); o direito à greve foi instaurado; o horário de trabalho semanal foi determinado em 45 horas no máximo e o período de férias foi instituído; aumentaram os serviços sociais, assim como as pessoas por eles abrangidas; o subsídio de desemprego e o salário mínimo legal são outras das novidades.

<sup>13</sup> capítulo 3.

<sup>14</sup> Segundo o inquérito realizado às unidades industriais Têxteis/Vestuário em duas freguesias, o inquérito aos presidentes das juntas de freguesia do concelho e os dados recolhidos no Ministério do Trabalho.

de pessoal do Ministério de Trabalho e compreende cerca de 49% do pessoal aí inscrito (2791 trabalhadores), correspondendo, segundo o inquérito realizado, a 41 %<sup>15</sup> dos activos das indústrias localizadas nestas freguesias, distribuídos pelos diferentes tipos de empresas. De forma a não comprometer a análise baseada na tipologia das empresas, só iremos considerar 38.4% do pessoal das empresas com mais de 200 pessoas ao serviço, representando mesmo assim estas grandes empresas 81.7% do pessoal em estudo (contra os 53.9% do pessoal ao serviço nas empresas com mais de 200 pessoas ao nível do concelho). Assim, as conclusões a que chegarmos terão de ser valorizadas quando se tratar de pequenas e médias empresas (representadas sobretudo pelos tipos AS,BS,CS,D3,D4) e subvalorizadas quando analisarmos as grandes empresas (maioritariamente representadas pelas do tipo AC,D1,D2).

Relativamente à evolução do pessoal ao serviço nestas indústrias nos últimos anos, os comportamentos diferem de empresa para empresa e de tipo para tipo de empresa. No entanto, em linhas gerais, as tendências dividem-se sobretudo em dois sentidos: enquanto na maioria das grandes empresas contratantes (AC) e nas independentes, que se dedicam só às actividades de montante do processo produtivo ou a todo o processo produtivo de fabricação de têxteis-lar (DI e D2), se registou uma estagnação ou ligeiras alterações; nas empresas subcontratadas (AS,BS,CS,) nas independentes que se dedicam à confecção de vestuário exterior (D3 e D4) e nas novas e pequenas empresas contratantes (AC) correspondeu a criação de novos postos de trabalho. Dito de uma outra forma, as grandes e antigas empresas sofreram uma estagnação ou ligeiras alterações no seu volume de emprego, enquanto as novas pequenas empresas sentiram um aumento do seu pessoal. A criação de emprego manifesta-se nestas últimas, ainda que, como já vimos, por acção indirecta das primeiras e/ou de agências comerciais localizadas ou não no Médio Ave.

Já fizemos supor que, a segmentação/exteriorização da produção registada nos últimos anos estava, na maioria das vezes, aliada à procura de uma maior flexibilidade e de um menor custo da força de trabalho. As reacções das empresas face à nova relação salarial e à necessidade de manter e de aumentar a competitividade externa foram e são diferentes:

---

<sup>15</sup> A desigualdade entre o n.º de pessoas ao serviço registadas no Ministério do Trabalho e os resultados do inquérito realizado deve-se a diferentes factores: algumas empresas não entregam os Quadros de Pessoal ao Ministério, nem todos os trabalhadores constam dos Quadros de Pessoal, algumas empresas estão inscritas no Ministério com uma denominação a que não tivemos acesso, nem foi possível detectar.

— algumas optaram pelo endividamento, pelo impasse, que por vezes dura já acerca de 12 anos, entre a reconversão e a falência, pelo despedimento ou a estagnação do pessoal ao serviço, pelos salários em atraso (Rodrigues, 1986: 362), pela esperança de um apoio estatal, por uma diminuição dos salários reais dos trabalhadores, através da travagem no regime de promoções por qualificação, nas prestações suplementares (prémios de produtividade, de assiduidade,...) e nas regalias sociais — sobretudo empresas do tipo D1 e D2;

— outras optaram por algumas das modalidades acima anunciadas e também por uma exteriorização da produção (a confecção), que não implicou a diminuição do trabalho na área mas uma desvalorização do mesmo — sobretudo as do tipo AC;

— outras surgiram para responder à segmentação/exteriorização da produção e à dinâmica das actividades das malhas e do vestuário, optando, na maioria das vezes, pelo desenvolvimento de diferentes modalidades de trabalho clandestino e/ou de trabalho individual, em que a reprodução da força de trabalho não é só suficientemente suportada pelos baixos salários, mas também por outros rendimentos não salariais — sobretudo as empresas do tipo AS,BS,D3,D4;

— outras, uma minoria, surgiram ou adaptaram-se à nova situação sem recorrer a qualquer das modalidades assinaladas — sobretudo empresas do tipo CS e algumas de outros tipos<sup>16</sup>.

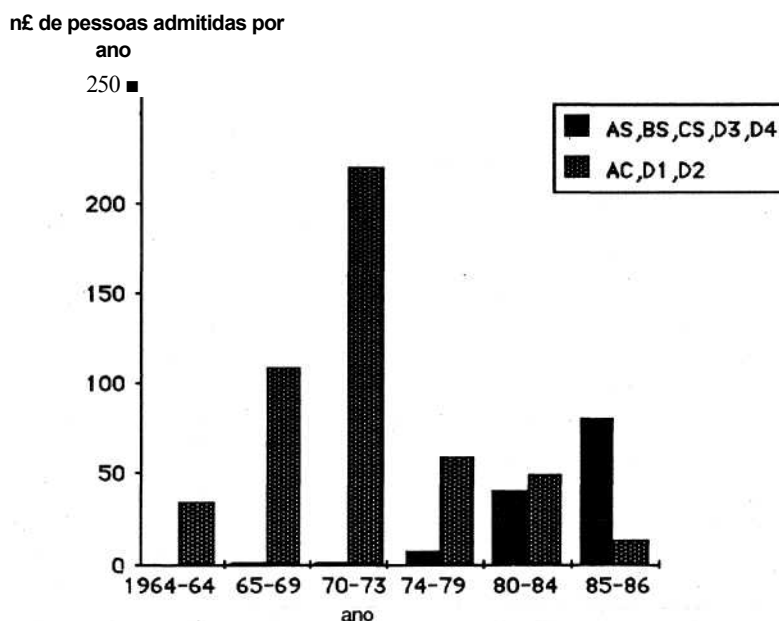
Ainda que haja uma tendência para a estabilização do pessoal ao serviço num grupo de empresas e uma movimentação ascendente num outro conjunto de unidades industriais, não podemos afirmar que as admissões só se verifiquem nestas últimas empresas. Analisando a estrutura etária do emprego em termos absolutos, atendendo à posição das empresas na organização da produção, verificamos que o emprego das camadas mais jovens (14-19 anos), idades de maior recrutamento de mão de obra, está a operar-se em qualquer tipo de empresa, ainda que mais fortemente nas novas empresas. Este dinamismo das pequenas empresas (representadas pelos tipos AS,BS,CS,D3,D4) nos últimos anos é perfeitamente visível, ainda que subrepresentado, pela análise dos ritmos de admissão de pessoal (figura 5.1).

Assim, a estrutura do emprego evidencia um importante peso dos jovens nas novas e pequenas empresas, sobretudo do tipo AS,BS,CS,D3,D4, conseqüente do forte dinamismo, nos últimos anos, da indústria de confecção e um forte contributo das idades dos 25-34 anos nas grandes empresas, sobretudo do tipo AC, D1 e D2,

---

<sup>16</sup> Ao primeiro comportamento Maria João Rodrigues designou-o de "reações de acomodação", ao segundo e ao terceiro de "reações de repulsão" e ao quarto de "reações de assimilação".

FIGURA 5.1 — N.º de pessoas admitidas por ano e por tipos de empresas.



resultante de relevantes admissões nos anos de forte crescimento e de verticalização da produção (anos sessenta e inícios de setenta).

Será oportuno analisar a mobilidade da força de trabalho entre empresas e as formas de contratação (este último assunto será posteriormente focado):

— o recrutamento nas grandes empresas só se realiza em casos de estrita necessidade e sob a forma de contrato a prazo, que poderá ser ou não convertido em contrato efectivo<sup>17</sup>;

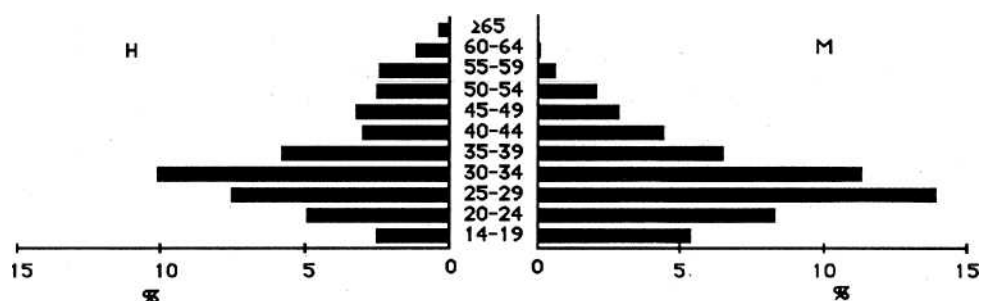
— nas pequenas e novas empresas de confecção (do tipo AS,BS,D3,D4), como iremos ver, os contratos são a prazo ou inexistentes e, em geral, correspondem a mão de obra que aspira ingressar numa empresa melhor estruturada e que entretanto procura qualificar-se com vista a uma mais fácil mobilidade. Esta estratégia é curiosamente reconhecida e aceite também pelo pequeno patronato. Mas, a mobilidade não se verifica só nesse sentido; a possibilidade de o salário aumentar 500\$00, de trabalharem mais perto de casa ou na empresa aonde trabalha uma amiga ou um familiar, poderão ser algumas das razões suficientes para o abandono da empresa em que estão e a

<sup>17</sup> Uma conclusão precisa sobre este último aspecto não foi conseguida, verificamos que os comportamentos dependem de empresa para empresa, mesmo em unidades com boa situação financeira.

entrada, no dia seguinte, numa outra. A oferta de trabalho é abundante, mas a procura ultrapassa-a, tornando o desemprego imperceptível, ainda que as condições e as retribuições oferecidas sejam, como iremos ver, escassas.

Com isto não queremos dizer que o trabalho nas grandes empresas corresponda a estabilidade e nas pequenas a instabilidade. As situações são heterogéneas e, designadamente, é menos estável o emprego numa grande empresa a atravessar graves problemas financeiros, cuja laboração se deve unicamente à intervenção do Estado, do que numa pequena empresa com forte dinamismo, em que o pessoal ao serviço está a aumentar e em que se estão a realizar importantes acções para diminuir a posição defensiva/dependente da empresa face às outras ou ao mercado.

**FIGURA 5.2 — Estrutura etária do emprego nas empresas Têxteis/Vestuário de S. Jorge de Selho e de Mesão Frio (1985/86).**



A estrutura etária relativa ao emprego (figura 5.2) evidencia a importância da contratação de mão de obra feminina (56.6% do pessoal) de idades muito jovens (64% dos activos têm menos de 35 anos); no entanto, como vimos, a heterogeneidade da organização da produção vai-se associar a estruturas etárias também heterogéneas. Analisemos, mais pormenorizadamente, estas diferenciações:

— as empresas subcontractadas do tipo AS<sup>18</sup> e BS<sup>19</sup> e as independentes do tipo D3<sup>20</sup> e D4<sup>21</sup>, todas elas dedicando-se em exclusividade ou maioritariamente à confecção de têxteis-lar e de vestuário, apre-

<sup>18</sup> Jovens empresas que se dedicam sobretudo à confecção de têxteis-lar e de vestuário interior e que estão fortemente dependentes de uma empresa contratante.

<sup>19</sup> Jovens empresas que se dedicam à confecção de vestuário exterior e que estão dependentes das empresas contratantes.

<sup>20</sup> Jovens empresas que se dedicam à tecelagem e à confecção de vestuário exterior.

<sup>21</sup> Jovens empresas que se dedicam à confecção de vestuário exterior.

sentam uma estrutura em que o sexo masculino está praticamente ausente e o sexo feminino está fortemente representado pelas camadas mais jovens (50-70% tem entre os 14 e os 19 anos);

— as empresas contratantes (AC<sup>22</sup>) e as independentes do tipo DI<sup>23</sup>, empresas em geral muito antigas, apresentam uma estrutura mais equilibrada, em que o sexo feminino predomina e a base da pirâmide está muito desfalcada;

— as empresas independentes do tipo D2<sup>24</sup> apresentam uma situação intermédia, por um lado, recorrem ao sexo masculino para responder às actividades de fiação, tecelagem e acabamentos, por outro, o sexo feminino, entre os 25-34 anos, responde às necessidades da confecção;

— as jovens empresas subcontratadas para responderem a necessidades tecnológicas (CS) estão a recorrer sobretudo ao sexo masculino de idades muito baixas (os de 14-19 anos representam 20% do pessoal).

Algumas questões se põem na análise desta heterogeneidade de estruturas etárias/sexuais de emprego: o porquê da quase exclusividade de jovens mulheres em algumas das empresas; o porquê da fraca importância dos activos jovens noutro conjunto de empresas; quais as razões que justificam as outras estruturas etárias.

Como já referimos, a exteriorização da produção associa-se, na maioria das vezes nestas indústrias, à procura de menores custos de produção e de uma força de trabalho mais dócil; parece estar aqui a explicação da base larga e da exclusividade do sector feminino da pirâmide de emprego de algumas das empresas. Em Portugal, segundo a legislação laboral em vigor<sup>25</sup>, o trabalho é permitido a partir dos 14 anos e desde os 20 anos há a obrigatoriedade de aplicação do salário mínimo estabelecido por Decreto lei e/ou por Contrato Colectivo de Trabalho. Mas, tendo em consideração que os salários são subtraídos nas idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos inclusive, segundo um quociente designado pela legislação laboral<sup>26</sup>, os empresários vêm na contratação de jovens uma das formas principais de diminuir os custos de trabalho e de flexibilizar o emprego.

---

<sup>22</sup> Empresas que exteriorizam parte ou todo o processo produtivo, sobretudo a confecção.

<sup>23</sup> Empresas que só se dedicam às fases de montante no processo produtivo têxtil/confecção.

<sup>24</sup> Empresas independentes que se dedicam à têxtil e à confecção de têxteis-lar.

<sup>25</sup> Decreto-lei n.º 49/85.

<sup>26</sup> Segundo o decreto-lei mencionado e em vigor na altura do inquérito, aos trabalhadores com idades inferiores aos 18 anos será garantido um salário mínimo de 50% do salário fixado para a situação profissional em que estagiam; aos trabalhadores admitidos com idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos a remuneração mínima será 75% dos montantes fixados.

Um segundo grupo de empresas, dedicando-se exclusivamente ou maioritariamente às actividades de montante no processo produtivo, podendo exteriorizar as actividades mais intensivas em trabalho, estão a atravessar, como já referimos, um período de não incremento do pessoal ao serviço. Assim, o facto das novas contratações terem reduzido o seu ritmo irá naturalmente ter reflexos na estrutura etária, já que, geralmente, as fortes mobilizações de mão de obra incidem sobretudo na juventude à procura do primeiro emprego.

Outro factor a ter em conta é a diferente exigência técnica das actividades a que as respectivas unidades industriais se dedicam:

— quando as actividades de fiação, tecelagem e acabamentos, menos intensivos em trabalho, estão presentes (AC,D1,D2,CS) a estrutura etária aparece mais equilibrada e o recurso ao sexo masculino tem valores significativos;

— pelo contrário, as novas empresas de confecção (AS,BS,D3,D4), actividade maioritariamente exteriorizada e mais intensiva em trabalho, apresentam na contratação uma clara selecção baseada no sexo e nas idades, que se associa a uma fraca qualificação profissional. Assim, a confecção está a permitir a mobilização de uma força de trabalho pouco qualificada, enquanto que outras actividades têxteis não viabilizam tão claramente essa opção.

Outra prática comum, com vista à diminuição dos custos de trabalho, é a não aplicação da legislação laboral em matéria de Segurança Social. O não pagamento das obrigações à Segurança Social permite um benefício de 21% para o patronato e de 8% para o trabalhador relativamente ao salário; esta ilegalidade é negociada entre eles — o patronato tira dividendos claros e o trabalhador recorrerá da mesma forma a estes Serviços através de um familiar directo ou porque está inscrito com o estatuto de desempregado. Outra prática ilegal muito divulgada é a realização de descontos baseados em salários inferiores ao real.

Dos 2791 trabalhadores registados no Ministério do Trabalho, 4,7% (132) não estão inscritos nos registos da Segurança Social; este valor, ainda que fraco, representa uma irregularidade que afecta direitos cruciais e protegidos pela legislação. No entanto, pressupõe-se que o valor real será muito superior, já que este só incide sobre os trabalhadores registados no Ministério do Trabalho e a maioria dos trabalhadores "ocultos" não estão inscritos em ambos os processos de controlo laboral — Ministério do Trabalho e da Segurança Social (iremos retomar este ponto mais à frente).

No inquérito directo às empresas, oito, das quarenta e sete unidades industriais, declararam ter pessoal não inscrito na Segurança

Social, totalizando 40,9% das trabalhadoras ao seu serviço<sup>27</sup>, valores estes confessados abertamente e donde se pode prever a dimensão deste fenómeno.

São as empresas subcontratadas do tipo AS e BS e as independentes do tipo D3 e D4 que assinalam os valores mais altos de irregularidade: 29% do pessoal que consta dos quadros do Ministério do Trabalho não está inscrito na Segurança Social, dos quais 80% têm 14-24 anos. Podemos então afirmar que estas empresas dão trabalho maioritariamente a jovens (14-24 anos) e que não os inscrevem na Segurança Social (34% dos casos).

É de notar o procedimento diverso das empresas do tipo CS: os valores dos não inscritos são mais baixos e não há, como nas anteriores, uma forte convergência nas idades inferiores.

As outras empresas apresentam valores muito baixos ou nulos de ilegalidade nesta matéria.

As recentes acções reguladoras do Estado sobre o mercado de trabalho, que propiciam formas descontínuas de prestação de trabalho (contratos a prazo) conjugadas com uma fiscalização leve e cautelosa e com uma organização da produção industrial<sup>28</sup> que favorece a flexibilidade do sistema produtivo e do mercado de trabalho, são elementos cruciais na determinação das características deste sistema de emprego.

A partir de Outubro de 1976, através da criação do regime de contratos a prazo, houve uma diminuição da rigidez da legislação laboral. Segundo um inquérito realizado pelo Ministério de Trabalho em Abril de 1985 em Guimarães, 20.6% dos trabalhadores da indústria de confecção e 9.8% dos trabalhadores da indústria têxtil estavam vinculados às empresas com este tipo de contrato, com especial incidência no sexo feminino.

Segundo o inquérito directo às empresas, nas 23 empresas (48.9% das empresas da nossa amostra) que se manifestaram de uma forma clara sobre o tipo de contratos que realizavam com o seu pessoal, pudemos apurar que cerca de 25.5% do pessoal ou não tinha efectuado qualquer tipo de contrato (8.1%) ou estava vinculado à empresa por um contrato a prazo (17.4%). Verificamos que são, sobretudo, as empresas do tipo AS, BS, D3 e D4 que apresentam uma maior precaridade do trabalho, pois mais de 75% dos seus trabalhadores não possuem qualquer tipo de contrato ou quando o têm é a prazo.

---

<sup>27</sup> Para exemplificação mencionamos uma empresa com 80 trabalhadores dos quais 30 estão em situação ilegal e outra com 11 trabalhadores com 7 "ocultos".

<sup>28</sup> Tratada no capítulo 2.



A existência de mão de obra feminina jovem, a não inscrição dos trabalhadores na Segurança Social, a ausência de contratos ou a importância dos contratos a prazo parecem associar-se, em algumas empresas, a um forte peso dos aprendizes, com reflexos imediatos na diminuição do custo de trabalho e no aumento da flexibilidade de utilização desta força de trabalho.

É oportuno assinalar a posição e o papel dos Sindicatos num ramo industrial cuja dinâmica é baseada sobretudo na precaridade da mão de obra. A legalização das Centrais Sindicais em Portugal só se verificou depois de Abril de 1974, sem que se tenha desenvolvido uma tradição sindical livre no período de crescimento económico da década de sessenta e inícios da de setenta nas grandes empresas. Uma estrutura social de raiz camponesa e católica, um longo período de vigência de um Estado Corporativista, uma ideologia paternalista assente no Estado e no capital local, uma fraca consciência de classe e uma família alargada e coesa são fortes entraves à acção sindical (Ingerson, 1984; Domingues e Marques, 1987). Além disso, a recente dinâmica da confecção faz, realmente ou no campo das aspirações, do assalariado um pequeno empresário (por vezes só a tempo parcial) de pequenas unidades que funcionam na base de mão de obra muito barata e flexível.

A dinâmica verificada pelas pequenas empresas não parece estar a facilitar a sindicalização da força de trabalho dispersa, desorganizada e sem raízes sindicais. Assim, nas novas empresas os trabalhadores sindicalizados estão completamente ausentes, o que compromete naturalmente um contínuo e eficaz controlo da aplicação das normas laborais. Nas grandes e antigas empresas, ainda que a sindicalização seja fraca, apresenta valores já significativos.

A presença física do patronato, ou de uma encarregada da confiança do patrão, junto dos trabalhadores, já que nestas pequenas empresas, na maioria das vezes, o patrão realiza um trabalho directamente produtivo, implica um controlo do rendimento do trabalho mais eficaz. Este controlo torna-se ainda mais eficiente quando aliado ao medo da perda do emprego, facilitado pela admissão sem contrato ou a "prazo" e uma fraca sindicalização da força de trabalho.

Será oportuno referir que o estado civil do pessoal ao serviço, sobretudo no sexo feminino, é um critério importante na admissão de novos operários. Por um lado, o absentismo é muito mais fraco nas trabalhadoras solteiras, pois não têm filhos, e por outro, estas são menos exigentes no salário e nas regalias sociais, já que a retribuição do trabalho é mais um contributo para o rendimento familiar do que propriamente uma fonte crucial de subsistência, como acontece com os indivíduos casados. Outros dois critérios são prioritários nas novas

contratações, tanto nas grandes como nas pequenas empresas: familiares de actuais empregados, sobretudo nas grandes empresas, e local de residência próximo do local de trabalho.

Este procedimento visa também diminuir o forte absentismo, sobretudo nas grandes empresas que não praticam os prémios de assiduidade. As mulheres casadas faltam ao longo de todo o ano e o resto do pessoal escolhe os períodos de férias de familiares emigrantes e em Setembro e Outubro, altura das vindimas. Nas pequenas empresas este problema não se põe com as mesmas proporções, porque o controlo das faltas e a facilidade com que se despede faz da sua, mesmo fraca, aplicabilidade um risco que põe em causa o precário trabalho.

As actividades "subterrâneas"<sup>29</sup> não são um fenómeno novo (Cabal, 1983); trabalho ao domicílio, trabalho a tempo parcial, pluriactividade com a agricultura, artesanato e evasão fiscal não são precisamente novidades, ainda que desde finais dos anos setenta a sua proliferação se tenha acentuado.

No entanto, o tratamento dos diferentes "tipos" de ilegalidade não devem ser analisados indiferenciadamente; os factores sociais e económicos que estão por detrás de um trabalhador pluriactivo ou oculto, que exerce a informalidade para fazer face à sua subsistência ou da família, serão certamente diferentes daquelas que levam um profissional à informalidade; o mesmo se passa entre as empresas, independentemente da sua dimensão, que não dispõem de capacidades financeiras para cumprir as normas laborais e as que, em boa situação económica, aplicam salários ilegais, não inscrevem os seus trabalhadores na Segurança Social e no Fundo de Desemprego, não pagam as horas extraordinárias, etc.

Ainda que tenham sido detectadas algumas ilegalidades nos quadros de pessoal do Ministério de Trabalho e no próprio inquérito às empresas, um inquérito realizado na Escola Secundária de S. Jorge de Selho, aos agregados familiares dos alunos nocturnos<sup>30</sup>, mostrou-se mais fértil nesse campo. Os resultados do inquérito são os seguintes:

— quase 3/4 da população activa, não desempregada, dedica-se à indústria Têxtil/Vestuário;

— destes 3/4, quase metade tem menos de 21 anos e cerca de 20% recebe menos que o salário legal e/ou não está inscrita na Segurança Social;

— cerca de 40% dos activos, não desempregados, da indústria Têxtil/Vestuário e menores de 21 anos, são sub-remunerados e/ou não estão inscritos na Segurança Social;

<sup>29</sup> c.f. Isabel Lobo (1983).

<sup>30</sup> O inquérito contemplou 62 famílias, contabilizando 400 indivíduos.

— os salários ilegais nas camadas mais jovens rondavam os 5 000\$00-9 000\$00;

— cerca de trinta empresas do sector Têxtil/Vestuário, num total de cinquenta e uma empresas mencionadas, apresenta índices de ilegalidade relativamente à aplicação da legislação laboral;

— em termos de pessoal ao serviço essas unidades são de pequena dimensão, e empregam 4% do pessoal ao serviço nas indústrias de S. Jorge de Selho. Convém no entanto referir que este valor será superior para o concelho, pois esta freguesia apresenta uma percentagem muito elevada de grandes empresas relativamente à estrutura das unidades industriais do concelho, as quais apresentam geralmente menores índices de ilegalidade laboral;

— todas se dedicam à confecção e são empresas subcontratadas (AS,BS) ou independentes (D3,D4): na freguesia de S. Jorge de Selho num total de sete, cinco eram subcontratadas e as outras duas independentes. Relativamente às empresas contratantes não detectamos irregularidades nesta matéria.

Nas actividades em que o custo médio de produção não se reduz com o aumento da escala de produção, em que não há vantagens de uma concentração em unidades de grande dimensão, o trabalho ao domicílio poderá ser uma das formas de produção e de diminuição dos seus custos. Não pretendemos, porque não temos elementos suficientes para isso, analisar a extensão do trabalho ao domicílio na indústria têxtil/vestuário do concelho de Guimarães, mas sim detectar as suas características na actualidade. Não havendo uma listagem dos trabalhadores ao domicílio e dada a escassez do número de inquéritos realizados, a amostra não terá um carácter representativo, mas irá permitir iniciar uma pesquisa e tirar algumas ilações, ainda que circunscritas. Foram realizadas treze entrevistas a trabalhadores ao domicílio, das quais nove trabalhadores são contratados por uma empresa de tecelagem e confecção de vestuário localizada na freguesia de S. Lourenço de Selho, o que limita naturalmente ainda mais as conclusões.

A trabalhadora ao domicílio "típica" é, na maioria das vezes, uma mulher adulta, com trinta e poucos anos, com a 4.<sup>a</sup> classe, casada com um operário Têxtil, com dois filhos, que acumula esta ocupação industrial com a educação dos seus filhos, ainda crianças, e com os trabalhos domésticos. O rendimento proveniente desta actividade é de grande importância para a sobrevivência do agregado e correspondente a cerca de 40.000\$00 mensais, conseguidos com longas jornadas de trabalho.

As trabalhadoras contratadas, na maioria das vezes, são mulheres dinâmicas com um certo espírito de iniciativa, profissionalmente hábeis costureiras que conseguem usufruir com o trabalho à peça um

rendimento mensal superior ao ordenado que ganhariam se estivessem na fábrica (25.000\$00). Mas, a dependência e a subordinação desta trabalhadora relativamente ao agente contratante faz dela, mais uma assalariada sem horário, sem regalias sociais e sem estabilidade no trabalho, do que propriamente uma trabalhadora artesanal ou autónoma. Os prazos de entrega e portanto os ritmos de actividade são determinados pela empresa "mãe", com o risco de perda de trabalho quando não se verifique o seu cumprimento. Uma das diferenças/vantagens, relativamente ao trabalho na fábrica, está na possibilidade de organizar o horário de trabalho de uma forma mais flexível, de modo a permitir a incorporação de outras actividades, como as actividades domésticas e o tratamento dos filhos.

Relativamente à protecção social, estas trabalhadoras são de "2.<sup>a</sup> classe" — as empresas que as contratam não fazem nenhum desconto para a Segurança Social ou Fundo Desemprego já que estas legalmente funcionam como trabalhadoras independentes. Algumas das inquiridas estavam inscritas na Segurança Social, mas os descontos eram suportados pela própria trabalhadora. Assim, o trabalho ao domicílio funciona para a empresa contratante como um escape a certas despesas sociais e como uma forma de flexibilizar o sistema produtivo.

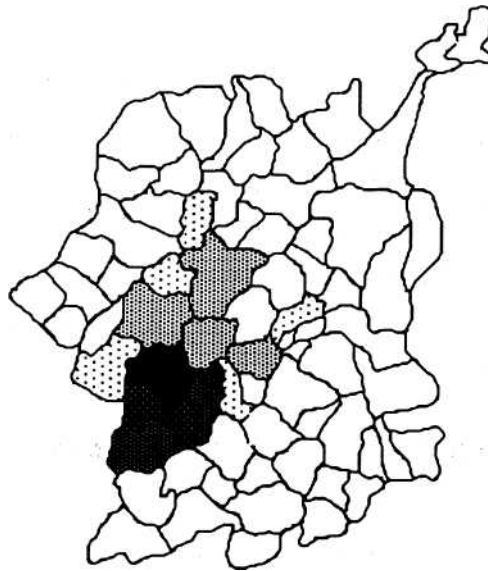
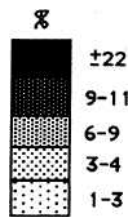
No entanto, ainda que a instabilidade no trabalho e a ausência de regalias sociais sejam uma realidade, são as próprias trabalhadoras as primeiras interessadas no não desaparecimento destas ocupações e as primeiras a se oporem a qualquer medida tendente a reduzir o volume de trabalho ao domicílio, já que lhes permite conjugar a ocupação industrial com outras actividades no seio do agregado familiar e aumentar o rendimento.

O recrutamento de trabalhadores ao domicílio é informal, mas são, na maioria das vezes, as próprias trabalhadoras as agentes mais importantes de propagação pelas vizinhas, amigas ou familiares. Assim, o trabalho ao domicílio vai-se difundido de forma "espontânea" e seguindo os interesses das empresas contratantes. A concentração na freguesia de Mesão Frio de onze dos vinte e oito trabalhadoras ao domicílio (mapa 5.1) subcontratadas por uma empresa demonstra o carácter restrito de difusão da informação.

Territorialmente, estas trabalhadoras ao domicílio residem/trabalham relativamente perto da localização da empresa contratante, o que se explica pela frequência, quase diária, de contactos necessários ao processo produtivo, para entregar ou para receber mercadorias, è pelo interesse em que sejam percorridas curtas distâncias. Este movimento está, na maioria das vezes, a cargo da empresa contratante.

O modelo disperso de localização das actividades, aproximando o local de trabalho da residência, contribui para a viabilização deste sistema produtivo local (mapa 5.2).

MAPA 5.1 — Local de residência/trabalho das trabalhadoras ao domicílio de uma empresa Têxtil/Vestuário, localizada na freguesia de S. Lourenço de Seiho (1986).



0 1.4Km

Fonte : inquérito realizado, 1986

A mão de obra reside num raio muito curto, de tempo de percurso entre os quinze e os vinte minutos, que é realizado a pé ou de camioneta. Quanto menor é a empresa menor é o raio de acção, o tempo e o custo do transporte. A diminuição dos custos de transporte, o aproveitamento do parque habitacional existente, a possibilidade de conjugar o trabalho na Têxtil com os trabalhos domésticos (tratamento dos filhos, realização das refeições em casa...), a pluriactividade com a agricultura e a gestão dos escassos rendimentos no seio da família coesa e alargada permitem, porque não são postos em causa os rendimentos e os níveis de consumo razoáveis, os baixos salários praticados.

Finalmente, não podemos deixar de ressaltar que ainda que se possam diferenciar tipos de empresas atendendo às características do emprego, o sistema funciona de uma forma coesa — o comportamento de umas viabiliza, determina, ou condiciona o das outras. Assim, tal como dissemos no início deste capítulo, mais do que segmentos estabelecidos com base na idade, sexo, qualificações... teremos de compreender estas diferenciações como variantes articuladas num único sistema, resultante das interrelações das estruturas socioprodutivas locais e das características da regulação nacional do mercado de trabalho, da inserção no mercado internacional ou das condições técnicas de produção.

## 6. SISTEMA PRODUTIVO E TERRITÓRIO

O presente estudo enferma desde o início de uma tensão latente, ainda não resolvida, e que, grosso modo, se resume na competabilização entre um estudo temático com óbvias referências espaciais — de Geografia Industrial — e uma análise integrada do território — a que, noutra escala, chamaríamos Geografia Regional. Entre os dois um elemento comum: a explicação de um sistema produtivo industrial com uma inscrição territorial explícita e um território estruturado parcialmente pela actividade produtiva que constitui o dito sistema.

Se a maior parte desta tese contém referências territoriais inequívocas — a explicação dos mecanismos de viabilização e caracterização da industrialização difusa em meio rural —, outros temas desenvolvidos — o sistema de emprego — correspondem mais à interrelação óbvia entre a estrutura produtiva e o emprego (deixando claro, de resto, que um dos elementos explicativos do funcionamento do sistema produtivo apoiado na subcontratação tem muito a ver com as formas de gestão da força de trabalho...) do que a sua possível transposição territorial imediata.

Confrontados agora com a nossa atitude enquanto geógrafos, uma observação atenta sobre o território imediatamente nos leva a

concluir que aquilo que foi tema desta tese é apenas uma das peças da engrenagem: a complexidade da formação territorial com que nos deparamos passa fundamentalmente pelo entendimento dos processos socioeconómicos que aí se desenrolam (esclarecemos alguns) e também pela acção difusa e atomizada dos agentes que transformam o território, que assim revelam uma faceta da sua situação de actores nesses processos. Ora, aquilo que nós tentamos esclarecer (alguns traços maiores da base produtiva industrial local) privilegia apenas alguns desses processos e agentes: de facto, a localização industrial não constitui a única mancha visível do mapa; no entanto, os processos socioeconómicos que essa actividade lidera contêm uma boa fatia da explicação da estrutura territorial que os materializa.

A localização industrial e a estrutura segmentada do mercado de trabalho e da organização da produção só poderão ser compreendidas com base no sistema produtivo integrado têxtil/vestuário e na posição que os diferentes tipos de empresas e o trabalho ao domicílio aí ocupam. O tecido industrial organizado via subcontratação, ainda que seja aqui preponderante, não esgota os laços que unem os diferentes tipos de empresas. A tipologia das relações estabelecidas no tecido produtivo têxtil/vestuário que iremos propor baseia-se nos factores desencadeadores da desconcentração referidos, na eficiência técnica da estrutura produtiva, na gestão da força de trabalho, nas características do empresário, na estrutura territorial correspondente e nas relações estabelecidas no interior e exterior deste tecido industrial local. Assim, poderemos detectar diferentes tipos de empresas:

1) as empresas contratadas, de dimensão heterogénea, recentes ou não, bem informadas sobre os processos de fabrico, as tecnologias de fabrico, o mercado... localizadas ou não na região, mas que controlam o processo produtivo têxtil/vestuário local e em que a subcontratação é uma das formas de flexibilizarem o sistema e de indirectamente usufruírem de um mercado de trabalho flexível e de baixos custos sem aumentarem o investimento em capital fixo;

2) as empresas que se dedicam às fases de montante ou a todo o processo produtivo, não exteriorizando, em termos significativos, nenhuma das fases do processo produtivo, correspondendo a situações regulares na aplicação da legislação laboral (tal como as do ponto 1);

3) as pequenas empresas e as trabalhadoras ao domicílio subcontratadas por um centro evidente de organização da produção — a empresa contratante de vestuário ou de têxtil-lar — ou por diversos agentes de contratação, localizados na região ou não, mantendo relações de dependência produtiva, tecnológica e financeira, realizando fases de jusante do processo produtivo (a confecção) e apresentando uma dinâmica empresarial muito recente, baseada em ex-operários ou

ex-empregados do sector Têxtil local e em força de trabalho jovem, precária, sub-remunerada e sem regalias sociais;

4) as jovens empresas subcontratadas ou não, especializadas na confecção, em que a especificidade, a complexidade técnica e a exigência de qualidade das produções, associadas às exigências de um mercado externo são os factores de exteriorização. Recorrem a mão de obra qualificada, usufruindo salários e regalias sociais legais e são, em geral, empresas de fabrico de vestuário exterior;

5) as jovens empresas subcontratadas especializadas em fases produtivas tecnologicamente muito exigentes, em que a especificidade e a complexidade técnica e a exigência de capital fixo de certas produções são os factores de exteriorização (tinturaria, lavandaria, borda dos...).

*Qual a lógica e a configuração locativa desta indústria no concelho de Santo Tirso (ou no "Médio Ave")? A estrutura produtiva é heterogénea, englobando formas espacialmente muito dispersas — as grandes empresas e as agências de comercialização —, localizadas na região (as têxteis-lar) ou no Porto (o vestuário), que lideram toda uma retaguarda de médias e pequenas empresas e formas de trabalho ao domicílio espacialmente dispersas. No entanto, toda esta mancha não surgiu instantaneamente. Vistas as coisas com o necessário recuo histórico, os "factores de localização industrial" têm variado profundamente, originando tendências, às vezes complementares e sincrónicas, de concentração e dispersão consoante a reorganização dos processos de trabalho, as tecnologias empregadas, os produtos fabricados ou a própria dinâmica local resultante das vicissitudes da inserção mundial na divisão da produção e do trabalho:*

— a segunda metade do séc. XIX e inícios do séc. XX corresponde ao mesmo tempo à *reorganização industrial da produção artesanal e doméstica do linho (especialmente dispersa) e à substituição desta pelo algodão*. A resultante locativa deste processo traduz-se pelo aparecimento da maquinofactura mais ou menos ao longo dos principais cursos de água (rios Ave e Vizela,...) correspondendo a necessidades imediatas de água empregues na produção de energia e em algumas fases do processo de fabrico (branqueamento, lavagens, tinturaria, sobretudo) — Guimarães, Pevidém e Vila das Aves são bons exemplos;

— *os anos cinquenta e sessenta marcam indiscutivelmente a época de maior tendência para a concentração em termos produtivos e espaciais* — época, por excelência, da verticalização dos processos produtivos da indústria têxtil e na consolidação das grandes dinastias industriais. Com tecnologias menos dependentes da água e com uma mobilidade acrescida pela importância cada vez maior do transporte rodoviário, desenvolvem-se os núcleos atrás referidos e investe-se numa



reorientação dos alinhamentos industriais do rio para a estrada (o que, na maioria dos casos, acaba por coincidir dado que os grandes eixos estruturantes do tráfego rodoviário seguem de resto as linhas de água e os fundos de vale;

— *nos anos oitenta, sobretudo, a desverticalização produtiva, a maior dinâmica da confecção, viabilizam uma mobilidade espacial cada vez maior da pequena produção e do trabalho ao domicílio. Uma reorganização dos processos produtivos que privilegia o factor trabalho, mais do que a concentração ou sofisticação do capital fixo (às vezes as duas coisas não são mutuamente exclusivas) coadunam-se perfeitamente com um povoamento já de si disperso e favorecem ainda mais essa dispersão.*

A malha actual é, em parte, um somatório de todos estes processos. As linhas de água (antes), e agora (também) a rede viária e (menos) a rede ferroviária viabilizam este modelo territorial, enquanto emerge a importância de outras redes que canalizam a informação necessária ao funcionamento e sobrevivência deste modelo produtivo.



## BIBLIOGRAFIA

- AGLIEITTA, M e BRENDER, A (1984)** — *Les métamorphoses de la société salariale*, Paris, Calman-Lévy. **BAGNASCO, A. (1977)** — *Tre Italie. La problemática territoriale dello sbulluppo Italiano*, Bologne, Il Mulino. BARTHELEMY, P. (1982) — «Travail au noir et économie souterraine: un état de la recherche», *Travail et emploi*, n.º 12, Avril-Juin. BERNABÉ MAESTRE, J. M. (1981) — «Economia Sumergida en la Industria dei Calzados», comunicação apresentada no Simpósio Internacional sobre Economia Oculta, Madrid (policopiado). **BASTOS, Carlos (1950)** — *O comércio e a indústria têxtil em Portugal, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama*. BOYER, Robert (1986) — *Capitalismes fin de siècle*, Paris, P.U.F. BRAGA, Alberto V. (1980) — «Curiosidades de Guimarães», *Revista de Guimarães*, Vol. I, Separatas I, II, III, IV e V. CABRAL, Manuel Villaverde (1983) — «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização», *Análise Social*, Lisboa, n.º 76, pp. 199-234. **CARDOSO, Abílio (1985)** — *Metodologia e caracterização da situação da habitação num concelho - Guimarães, Porto, (policopiado)*. CELADA CRESPO, F., LOPEZ, F. e PARRA, T. (1985) — *Efectos espaciales de los procesos de reorganización de los procesos de reorganización dei sistema productivo en Madrid*, Madrid, Diputacion Provincial de Madrid. CENTRE D'ÉTUDES DE L'EMPLOI (1977) — «Le fonctionnement d'un marche du travail local», Paris, (policopiado). COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE, (1973) — *4 situação Profissional e Familiar das operárias do Concelho de Guimarães, Porto, C.C.R.N.* COOKE, Philip (1983) — «Labour Market Discontinuity and Spatial Development», *Progress in Human Geography*, 7(4), pp. 543-565. COURLET, Claude (1985) — «La Mobilisation de la Force de Travail dans les Pays Semi-Industrialises» in "Rencontre: Salarisation dans les Pays Semi-Industrialises: Mythe ou Realites?", Grenoble, (policopiado). COURLET, Claude e LAGANIER, Jean (1984) — «Problemas de desenvolvimento na Europa: o caso dos centros atrasados da Europa do Sul», *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 1, pp. 55-86. DE GRAZIA, Raffaele (1980) — «Le travail noir: un problème d'actualité», *Revue Internationale du Travail*, vol. 119, n.º 5, Septembre-Octobre, pp. 595-610. DOMINGUES, Álvaro e MARQUES, Teresa (1986) — *Estudos Demográficos para o Plano Director Municipal de Guimarães, Guimarães, C.M.G., (policopiado)*. — (1987) — «Produção Industrial, Reprodução Social e Território — materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22, pp. 125-142.

- FEIGE, J. (1979) — «How big is the irregular economy?», *Challenge*, November-December. **FERRÃO, João (1986)** — *Indústria e Valorização do Capital — uma análise geográfica*, Lisboa, C.E.G.
- (1987) — «A indústria em Portugal: estruturas produtivas e sociais em contextos regionalmente diversificados», (policopiado).
- (1987) — «Indústria e Território: breve história de uma união feliz», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22, Abril, pp. 55-68.
- FUÀ, G. (1983) — «L'industrializzazione dei Nord Est e nel Centro», *Industrializzazione senza Fratture*, Bologna, il Mulino, pp. 7-46. GAMBIER, Dominique e VERNIERES, Michel, (1982) — *Le marche du travail*, Paris, Economica. GARCIA, João (1986) — «Os têxteis no Portugal do séculos XV e XVI», *Finisterra*, vol. XXI, n.º 42, pp. 327-344. GARCIA DE BLAS, António e RUEGA BENITO, Santos (1982) — «La economía irregular en el mercado de trabajo (algunas líneas de investigación)», *Informacion Comercial Espanola*, n.º 587, Madrid, pp. 91-102. GAROFOLI, G. (1978) — «Descartamento Produtivo, Mercato dei Lavoro e Localizzazione Industriale» in GAROFOLI, G. (org.), *Ristrutturazione Industriale e Territorio*, Milão, Franco Angeli, pp. 21-64.
- (1983) — «II Sistemi Produttivi Locali: tipologie e meccanismo di funzionamento» in GAROFOLI, G. (org.), *Industrializzazione diffusa in Lombardia — sviluppo territoriale e sistema produttivi locali*, Milão, Franco Angeli, pp. 21-147.
- GERALDES, Manuel M. N. (1913)** — *Monografia sobre a Indústria do Linho no Distrito de Braga*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- GERME, J. F. (1981) — «Instabilité, précarité et transformations de l'emploi», *Critique de l'Economie Politique*, n.º 15-16, nouvelle série, pp. 53-91.
- GOMEZ PEREZAGUA, Rafael (1982) — «Estrutura empresarial y economia oculta», *Informacion Comercial Espanola*, n.º 587, pp. 109-117.
- GRANADOS, V. (1982) — «Industrialización difusa y economia sumergida en Andalucía: los casos de Puente Genil (Cordoba) e Valle des Guadalhorce y Torox», (policopiado). GRANDO, Jean-Marc (1983) — «Industrie et Gestion de la Main-d'oeuvre», in *Formation et Emploi*, n.º 1, Janvier-Mars, pp. 19-36. HOLMES, John (1986) — «The Organization and Location Structure of Production Subcontracting», in Scott, A. e Storper, M. (org.), *Production, Work, Territory. The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*, Boston, Allen & Unwin, pp. 80-106. **INGERSSON, Alice (1984)** — *Corporatism and Class Consciousness in Northwestern Portugal*, Baitimore, John Hopkins University. LAFUENTE FELEZ, Alberto (1982) — «Consideraciones en torno al comportamiento de la empresa en la economia oculta», *Informacion Comercial Espanola*, n.º 587, pp. 103-107. LEWIS, J. R. e WILLIAMS, A. M. (1984) — «The formation and role of small and médium size industrial enterprises in the Região Centro, Portugal» (comunicação apresenta no 24th. European Congress of Regional Science Association, Milan, 28-31 August., 1984).
- (1987) — «Productive Decentralization or Indigenous Growth? Small Manufacturing Enterprises and Regional Development in Central Portugal», *Regional Studies*, Vol. 21, 4, pp. 343-361.
- LOBO, Isabel S. (1983) — «Economia Subterrânea: conceitos, métodos e perspectivas», *Planeamento*, Lisboa, 5 (2), pp. 79-109.

- MAGALHÃES, M. Allegro (1984) — *Estudos sobre o Vale do Ave — A Pluriactividade no Vale do Ave*, Porto, C.C.R.N..
- MARQUES, M.<sup>a</sup> Manuel L. (1987) — «A empresa, o espaço e o direito», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22, pp. 69-82.
- MARQUES, Teresa S. (1985) — *Caracterização da situação da habitação no Concelho de Guimarães*, Porto, (policopiado).
- MASSEY, Doreen (1984) — *Spatial Divisions of Labour, social structures and the geography of productions*, Londres, Macmillan, Publishers Ltd.
- (1985) — "New Directions in Space", in Gregory and Urry (editors), *Social Relations and Spatial Structures*, London, Macmillan, pp. 9-19.
- MICHON, F. (1986) — *Fléxibilité et Segmentation*, Seminaire de Economie du Travail, Paris, C.N.R.S., (policopiado).
- MIGUÉLEZ LOBO, F. (1982) — «Economía Sumergida y Transformaciones Socio-laborales», *Boletín de estudios económicos*, vol. XXXVII, n.º 117, pp. 439-460.
- MINGIONE, Enzo (1978) — «Capitalist Crisis, Neo-Dualism and Marginalization», *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 2, n.º 2, pp. 213-221.
- (1983) — «Informalization, restructuring and the survival strategies of the working class», *International Journal of Urban and Regional Research*, vol.7, n.º3, pp. 311-339.
- NUNES, J. Arriscado (1985) — *Is there one household formation in Northwestern Portugal?*, Oeiras, I.G.C., (policopiado).
- O.C.D.E. (1981) — «L'état protecteur en crise», Rapport de la Conférence sur les politiques sociales dans les années 80, Octobre 1980, Paris, O.C.D.E., 20-33.
- (1982) — «L'économie souterraine et les comptes nationaux», *Perspectives économiques de VO.C.D.E., Études spéciales*, Juin.
- (1984) — «L'industrie au Portugal: développement, restructuration, politique industrielles», Paris, O.C.D.E..
- OLIVEIRA, M. Manuel (1986) — *Sobre uma Experiência de Planeamento e Gestão Urbanística em Território de Assentamento Disperso*, Porto, E.S.B.A.P., (policopiado).
- PACI, Massimo (1983) — «Introduzione: Struttura e funzioni della famiglia nello sviluppo industriale "periférico"» in Paci, M. (org.), *Famiglia e Mercato del Lavoro in un Economia Periférica*, Milano, Franco Angeli.
- PALÁCIO, J. I. e VIANA REMIS, E. (1983) — «La Economía Subterránea: Nueva Problemática en la crisis», *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 3, Enero-Junio.
- PIORE, M. J. e BERGER, S. (1980) — *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PIRES, A. da Rosa (1983) — «Rural Diffuse Industrialization in Portugal: the case study of the "Concelhos" of Águeda and Feira». Tese de Mestrado, Department of Town Planning, Vwist Cardiff, (policopiado).
- PIRES, I. M. M. (1985) — *Contribuição para a Análise da Indústria Têxtil de Lanifícios, Um caso concreto de Especialização Produtiva*, Tese de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (policopiado).
- PORTAS, Nuno (1986) — «Modelo Territorial e Intervenção no Médio Ave», *Sociedade e Território*, n.º 5, Porto, Afrontamento, pp. 8-13.
- PORTAS, Nuno e SA, Manuel F., (1986) — *A Diffused Redistribution - a case study in the Médio Ave region* (comunicação apresentada ao Internacional Conference of Planning Theory in Practice, Milão - policopiado).
- REIS, José (1987) — «Os Espaços da Industrialização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22, Abril, p. 13-31.
- RENDEIRO, João (1984) — *A Indústria Têxtil em Portugal: Novas Estratégias ou declínio inevitável?* (comunicação apresentada na Conferência Sobre Problemas da Economia Portuguesa no I Centenário do Banco Borges & Irmão).

- RODRIGUES, E. F., RIBEIRO, J. F. e FERNANDES, L. (1977) — *O sector exportador português e a internacionalização da produção*, Lisboa, GEBEL.
- RODRIGUES, Maria João (1985) — «Trabalho oculto e processos de submersão» in FIGUEIREDO, António (org.), *A economia subterrânea e a política económica e social em Portugal - contribuição para um debate necessário*, Lisboa, Instituto Damião de Gois.
- (1985) — «O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos», *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, pp. 679-733.
- (1896) — *Pour une alternative au approche du marche de travail: le système d'emploi - essai de conceptualization et d'application au cas Portugais après 1974*. Univ. Paris 1, (policopiado).
- ROMÃO, António (1983) — *Portugal Face à C.E.E.*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SÁ, Manuel F. (1986) — *O Médio Ave*, Porto, E.S.B.A.P., (policopiado).
- SAEZ FERNANDEZ, F. (1981) — «El mercado de Trabajo irregular y la Política Laboral» (comunicação apresentada no "Simpósio Internacional sobre Economía Oculta" Madrid, Dezembro, policopiado). SAMPAIO, Alberto — (1884) — *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1834*, Porto.
- (1923) — *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Livraria Chardron.
- SANCHIS GOMEZ, E. (1982) — «Economía subterrânea y descentralización productiva en la industria manufacturera», *Buletin de Estudios Económicos*, vol. XXXVII, Dez. n.º 117.
- SANTOS, Boaventura S. (1985) — «Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso Português», *Análise Social*, n.º 87/88/89, Lisboa, I.C.S., pp. 869-902.
- SCOTT, A. J. e STORPER, M. (1986) — «Industrial Change and Territorial Organization: a Summing Up», in Scott, A. e Storper, M. (org.), *Production, Work, Territory, The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*, Boston, Allen & Unwin, pp. 301-311.
- SILVA, Mário Rui (1986) — «A Relação Salarial nas Indústrias Têxteis e do Vestuário», *Cadernos de Ciências Sociais*, Abril n.º 4, pp. 119-138.
- STORPER, M. e SCOTT, A. J. (1986) — «Production, Work, Territory: Contemporary Realities and Theoretical Tasks», Scott, A. e Storper, M. (org.), *Production, Work, Territory, The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*, Boston, Allen & Unwin, pp. 3-15.
- STORPER, M. e WALKER, R. (1983) — «The theory of labour and the theory of location», *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 7, n.º 1, pp. 1-43.
- TAVEIRA, Elisa (1984) — «Perspectivas de evolução da Indústria Têxtil em Portugal e consequências a nível de emprego», Jornadas de Planeamento Municipal - Perspectivas de Desenvolvimento do Concelho de Guimarães, Guimarães, (policopiado).
- TAYLOR, Michael (1985) — «Industrial Geography», *Progress in Human Geography*, vol. 93, pp. 432-442.
- WERNER INTERNATIONAL ASSOCIATES (1986) — *The possible consequences of the EEC enlargement on the European Cotton Industry*, Bruxelas, Werner Associates inc.

## RESUMO

Este artigo pretende ser por um lado, um contributo para uma análise mais integrada do «complexo territorial» do «*Médio Ave*», e por outro, canaliza esforços para uma análise sectorial da indústria têxtil/vestuário, sector preponderante, pela quantidade de activos que envolve, pela dinâmica que atravessa e pela importância que tem na estruturação e na (re)produção (desde há pelo menos um século) do modelo territorial disperso do povoamento e das actividades. O objectivo central é analisar o sistema produtivo local têxtil/vestuário, isto é, a organização da produção e a gestão da força de trabalho, as formas empresariais, o sistema de emprego local, tendo presente os processos de evolução e a sua especificidade local/regional, sem que a óptica regional subestime a inserção deste sector exportador na divisão internacional da produção.

Numa área de grande complexidade em que as formações sócio-territoriais locais podem apresentar fortes contrastes e onde as generalizações têm de ser comedidas, privilegiou-se no nosso estudo o concelho de Guimarães, um dos que integram o que se denominou, por comodidade, «*Médio-Ave*».

## RÉSUMÉE

Cet article a pour objet de contribuer à une analyse intégrée du complexe territorial du «*Médio Ave*» et à une étude du secteur de l'industrie textile/habillement. Ce secteur est prépondérant par la quantité et la dynamique de la main-d'oeuvre, de même que son importance dans la structuration et, depuis un siècle, la reproduction du modèle territorial de la dispersion des activités. L'objet central est la compréhension du système productif local textile/habillement, c'est-à-dire l'organisation de la production et de la gestion de la main-d'oeuvre des structures d'entreprise, et celle du système de l'emploi local. Les processus évolutifs et la spécificité local/régionale, bien comme l'insertion de ce secteur d'exportation dans la division internationale du travail, sont aussi les éléments d'analyse de notre étude.

À cause de la complexité de ces formations sócio-territoriales locales, qui peuvent présenter des contrastes assez prononcés, d'où le danger de généralisations sur cette question, on a privilégié la commune de Guimarães, l'une des unités qui intègrent le «*Médio Ave*».

## ABSTRACT

This article is offered as a contribution to a more integrated analysis of *Médio Ave's* «territorial complex» and to provide a study of the textiles/clothes industry which is a preponderant sector due to the following factors: the amount of labour force engaged in; its present dynamics; the important role it plays (since at least one century) in the framing and (re)production of the territorial pattern of the scattered population and activities.

This text is primarily concerned with the analysis of the local textiles/clothes productive system, i.e., the production organization and the management of labour force, the enterprise structures and the local employment system. Attention is also focussed both on the evolution processes and their local/regional features and on the inserting of the export sector into the international production branch.

Given that in such a complex field, the local social-territorial structures may offer strong contrasts and since general statements require some moderation, one deals mainly with Guimarães council («concelho») which is part of that área above called *Médio Ave*.